



**OPINIÃO**  
De **António Vieira**, ex-director da Cobalt Angola

### Negócio dos Blocos 20 e 21 com a Total é uma "traição à pátria"

Pág. 19

PREVISÃO ERA DE 30 MIL MILHÕES KZ

## AGT arrecada apenas 1,8% da dívida em litígio

**TRIBUTAÇÃO.** A meta do Governo de arrecadar pelo menos 30 mil milhões de kwanzas com as negociações da dívida em litígio fracassou com estrondo, ficando-se apenas pelos 546 milhões kz. Pág. 9

**RICARDO D'ABREU, MINISTRO DOS TRANSPORTES**

## Metro de Superfície vai custar 24 milhões USD/Km

- Construção da infra-estrutura não arranca em Janeiro, como noticiado pela imprensa.
- Custo inclui material circulante, sistemas inteligentes e infra-estruturas de apoio.
- Condições para o início do processo negocial com interessados ainda estão a ser criadas.

Págs. 4 a 7

**ALERTA DA OMS**

## Países ricos já reservaram 80% das vacinas

Pág. 26

**MINFIN NÃO PAGA DESDE MAIO**

## Empreiteiro ameaça rescindir contrato do PIIM no Namibe

**CONSTRUÇÃO.** Há várias obras do PIIM paralisadas por falta de pagamentos. Alguns empreiteiros confessam ter recebido apenas os 15% iniciais e já há quem ameace rescindir contratos. Págs. 8 e 9



## Resorts Carpe Diem à beira de fechar portas

Págs. 10 e 11

# NUNCA SE FOI TÃO LONGE

Qualquer análise exaustiva que leve em conta os desafios da consolidação da democracia chega necessariamente à conclusão de que Angola precisa, com urgência, de uma reforma do seu sistema político-partidário. Porque, mesmo levando em conta as questões formais, quando um político como Chivukuvuku não consegue criar partido em Angola, o problema não está em Chivukuvuku, está no sistema. E um primeiro passo para o desmantelamento do sistema seria a revisão da lei que obriga à apresentação de números mínimos de assinaturas para a formação de um partido político. No contexto da democracia angolana, esta é uma revisão urgente e necessária porque, pelos vistos, o expediente das assinaturas poderá sempre ser um esquema de fácil recurso para a

inviabilização de projectos indesejados. Basta que quem tem a batuta na mão assim o decida.

Eventualmente, levantar-se-á o risco de 'partidecos' nascerem aos cogumelos, mas este é um receio capaz de ser reduzido a falso problema, se partirmos de uma ideia de reforma mais completa. Por exemplo, um dos caminhos para se evitar a disseminação de partidecos seria o aperto radical das formas de apoio financeiro do Estado aos partidos políticos, incluindo nos processos eleitorais. Ficaria, desde logo, afastada a ideia de que fazer partido seria caminho fácil para acesso aos dinheiros públicos. Há realidades consolidadas que poderiam servir de inspiração, como a dos Estados Unidos, em que, para se ter dinheiro público em eleições, é preciso garantir um mínimo de recursos através de determinadas fontes privadas. E, se no limite, se mantivesse o risco de surgirem partidecos, compensaria o ganho de se

ter Chivukuvuku na disputa séria pelo poder. Porque, sim, o país e a política precisam de Chivukuvuku viabilizados". Este é um trecho de um Editorial publicado em Julho deste ano, aquando do terceiro chumbo do PRA-JA pelo Tribunal Constitucional. Mais de quatro meses depois, tudo se mantém intacto. O projecto político de Abel Chivukuvuku é chumbado de forma definitiva e as questões essenciais não alteram uma vírgula. A inviabilização do PRA-JA e do seu líder, no fundo, é mais um exemplo de que não é a falta de diálogo a explicação da crise social e da crispação política vigente. O problema é a notória ausência de vontade política para a aceleração de uma verdadeira e profunda reforma do Estado. E este é, desde já, um dado que vale a pena ser registado: desde a abertura ao multipartidarismo, o regime nunca foi tão longe na manipulação das instituições para inviabilizar um opositor político relevante.



## FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS...



**FLORBELA MALAQUIAS,**  
Líder do Projecto Político PHA

### Como está o processo de criação do Partido Humanista de Angola?

O projecto já tem o processo bastante adiantado. Já há simpatizantes em todas as províncias. Em Luanda, o entusiasmo é bastante e já foi feito o deferimento para a constituição da comissão instaladora no dia 26 de Novembro. Estamos focados na recolha das assinaturas. O campo onde temos mais apoio é o feminino. As mulheres estão completamente entusiasmadas e são a maioria, são também as mais pisoteadas. Abraçam, com as duas mãos, o projecto, claro, sem exclusivismo.

### Qual é a meta?

Participar no exercício do poder do Estado, participar na democracia e arrecadar o número suficiente de votos. Concorrer nas eleições de 2022 e assumir a presidência do país.

### Não teme que venha a ser chumbado, à semelhança do que acontece com o PRA-JA de Abel Chivukuvuku?

Não traço paralelos com outros partidos. Não estou a acompanhar, não conheço o mérito da matéria em relação a este ou outro projecto. É também não comparo o meu projecto com um outro. Sei como os tribunais funcionam e cada caso é um caso.

## 01

TERÇA-FEIRA

É tornado público que o antigo ministro da Comunicação Social e ex-director do Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA), Manuel Rabelais, começa a ser julgado a 09 de Dezembro no Tribunal Supremo.

## 02

QUARTA-FEIRA

O político Abel Chivukuvuku recorda que, enquanto liderava a CASA-CE, propôs às outras forças políticas opositoras que participassem nas eleições autárquicas como um bloco e a ideia foi aceite.

## 03

QUINTA-FEIRA

Endiama divulga a lapidação de um diamante rosa bruto de 46 quilates, recuperado da mina do Lulo, na Lunda-Norte. A pedra foi transformada em três diamantes polidos.



## SEGUNDA-FEIRA

Governo anuncia que está a avaliar os benefícios da adesão de Angola a várias organizações internacionais, com as quais gasta anualmente 100 milhões de dólares, sem grandes valias para o país.

## 04

SEXTA-FEIRA

Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, anuncia que serão registados 2,8 milhões de imóveis, em todo o país, até 2025. O processo de regularização jurídica dos imóveis inicia no mês de Janeiro no âmbito de um programa do Governo.



## 05

SÁBADO

Administradora da Catabola, no Bié, Alcida Camatali, ameaça rescindir o contrato de empreitada de asfaltagem de 10 quilómetros de estrada da sede municipal com a empresa Prelund. Obra está paralisada há quatro meses devido à falta de entendimento entre as partes.



## 06

DOMINGO

O Presidente da República autoriza um crédito adicional de 2.677 milhões de kwanzas para o pagamento de despesas do Sinse (Serviço de Informação e Segurança do Estado).



## COTAÇÃO



### PETRÓLEO SEGUE EM QUEDA...

O petróleo começou a semana a cair quando pairam preocupações com a queda demanda. O Brent, referência às exportações angolanas, teve quedas de 0,4%, ao negociar a 49,06 dólares. Já o WTI negociou a 46,05 dólares, representando queda de 0,4%.



### BOLSAS EUROPEIAS EM BAIXA...

A covid-19 e o Brexit influenciaram o encerramento negativo das bolsas europeias. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou com queda de 0,30%, a 392,84 pontos. O DAX caiu 0,21%, a 13.271,00 pontos. Por sua vez, a Inditex que controla a Zara, registou queda de 0,50%, e ajudou a pressionar o IBEX 35, que caiu 0,57%, a 8.275,60 pontos.

# Entrevista



RICARDO VIEGAS D'ABREU, MINISTRO DOS TRANSPORTES

# Governos provinciais vão poder realizar concursos internacionais de transporte rodoviário

Ricardo Viegas d'Abreu, em entrevista exclusiva ao VE, explica tudo - ou quase tudo - sobre a reforma dos transportes públicos que promete revolucionar a mobilidade em toda a Angola.

Por Pedro Narciso

**Q**uanto vai custar a construção de um sistema eficaz e acessível de transporte público, conforme pretensão do Ministério dos Transportes?

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional do Sector dos

Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias (PDNSTIR), estima-se que deverá ser gasto, em média, 1,4% do PIB anualmente, para todo o conjunto de iniciativas do sector, não só a nível do transporte público urbano.

**E este investimento permitirá ao país ter um sistema de transporte público eficaz e acessível ao nível dos países desenvolvidos de África?**

A construção de um sistema

moderno de transportes públicos urbanos eficaz e acessível é uma das nossas lutas.

Aliás, a reforma do sector que está a ser implementada desde 2019 destaca a construção de um sistema moderno de transportes públicos urbanos eficaz e acessível. Este procedimento passa pelo correcto e antecipado planeamento urbano, em que se prevê os diferentes tipos de equipamentos, infra-estruturas comerciais e habitacionais, bem como o conjunto de actividades

geradoras dos movimentos pendulares dos seus habitantes.

**Com base nesse exercício...**

Consegue-se então, de forma correcta, dimensionar a necessidade de meios e infra-estruturas, para responder, de forma eficaz, às necessidades que são evolutivas, em função do crescimento demográfico e das actividades económicas. Aquilo que designámos por Planos de Mobilidade. No caso, precisamos de recuperar o tempo

**“Mas mais do que nos fixarmos no valor do investimento [do metro de superfície], e não custo, é preciso também conseguirmos perceber os benefícios ou retorno directo e indirecto deste importante sistema, para a cidade, para a população e para a economia.”**

e correr atrás do prejuízo. O crescimento demográfico nacional é elevado, as nossas cidades vão concentrando um número cada vez maior de habitantes e precisamos de dar respostas às suas necessidades, de entre muitas, as de mobilidade. Portanto, é necessário investimento constante na dimensão do problema de cada localidade.

#### **Isto é a nível de Luanda. E a nível das províncias?**

Os decretos presidenciais números 355/19 e 346/19 obrigam à descentralização da gestão dos serviços de transporte urbano de passageiros, que passam para a esfera provincial. Ou seja, com base nas reformas feitas, hoje, é competência dos governos provinciais o planeamento, licenciamento, gestão e fiscalização dos sistemas de transportes que se desenvolvem no território da província.

#### **Os governos provinciais vão poder realizar concursos públicos para operadores nacionais e internacionais, é isso?**

Depois de realizarem as tarefas atrás faladas, e outras julgadas necessárias, os governos provinciais terão legitimidade para realizar concursos públicos para operadores nacionais e internacionais que podem ser habilitados para o serviço de transporte rodoviário regular urbano de passageiros nas cidades angolanas. Sobretudo naquelas que começam a ter uma população acima de dois milhões. Estamos a falar, por exemplo, de, além de Luanda, Huila, Benguela, Huambo e Kwanza-Sul. O desejado é que as 18 províncias consigam começar a praticar todas estas acções e que os concursos para a concessão dos serviços de transporte público urbano tenham dimensão internacional, caso exista esse interesse.

#### **E as províncias conseguirão responder aos crescentes desafios, sabendo-se das limitações em termos de recursos humanos?**

O Ministério dos Transportes, no âmbito das suas competências, tem estado a capacitar os técnicos dos governos provinciais para melhor os habilitar na matéria dos transportes, que agora é da sua competência - sobretudo o transporte rodoviário urbano de passageiros. Temos vindo a recomendar várias acções que os governos provinciais devem começar a realizar.

#### **Que são...?**

Acções que passam pela necessidade de os governos provinciais trabalharem nos planos locais de mobilidade e transportes; a elaboração dos planos das redes de carreiras dos transportes públicos, assim como o dimensionamento da oferta de autocarros e a procura destes serviços pelos passageiros estimados nestas carreiras.

#### **E quanto ao investimento?**

Os governos provinciais e as administrações municipais têm autonomia no sentido de gizarem as melhores estratégias possíveis para a resolução dos seus problemas locais de mobilidade, bem como a alocação de verbas para o efeito. Quer através de recursos provenientes do OGE, quer em coordenação com o Órgão Central, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

#### **Portanto...**

Portanto, é competência dos governos provinciais realizarem o investimento necessário para a melhoria do transporte rodoviário que se desenvolve no território da província. Já a nível do transporte interprovincial, a competência é do Ministério dos Transportes. Mas, como já fizemos referência, esta temática deve ser vista e abordada de forma integrada e multidisciplinar.

#### **Voltando a Luanda: faz sentido a TCUL - que ao longo de anos só deu prejuízos, por um lado, e, por outro, está no leque de empresas públicas a serem privatizadas - ver a sua frota reforçada com mais de 200 autocarros?**

Não obstante a TCUL estar no leque de empresas públicas a serem privatizadas, no âmbito do PRO-PRIV, julgamos ser uma empresa de grande importância estratégica.

#### **Qual a razão?**

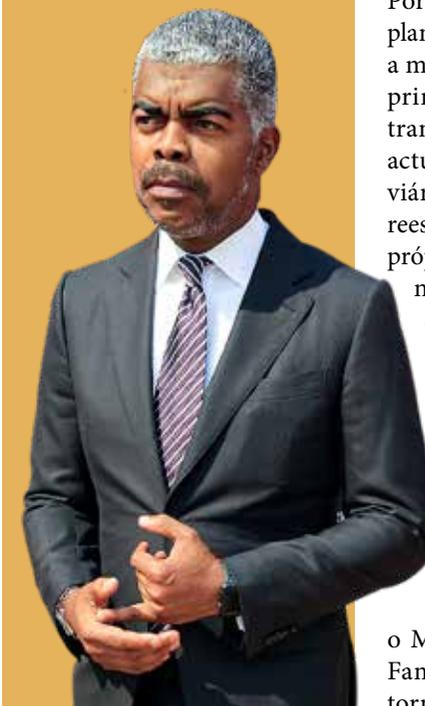
A empresa tem obtido resultados financeiros positivos, em particular desde 2019. Esses resultados foram alcançados pela melhoria da abordagem de gestão da empresa - quer a nível operacional, quer a nível do controlo financeiro das suas contas - e através de medidas de gestão de potenciação e motivação do capital humano. Por outro lado, para além de a qualidade dos seus activos ter aumentado, fruto da extinção da ABAMAT, a nossa perspectiva é a de que este

#### **DISCRETO E PERTINENTE**

Ricardo Viegas de Abreu é considerado como um dos governantes mais influentes da sua geração. Economista, com predominância na banca, desempenhou, entre funções de relevo, os cargos de PCA do BPC, foi vice-governador do Banco Nacional de Angola, vice-presidente da Assembleia Geral da Bodiva, director financeiro e internacional do BAI e vice-presidente do Conselho de Administração e ainda fundador do Banco de Negócios Internacional.

Discreto, mas pertinente, do currículo político destacam-se as responsabilidades de consultor especial do ministro das Finanças e de secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos, tarefas que exerceu antes de ser nomeado ministro dos Transportes, em 2018.

Nascido em 1969, pai de três filhos, tem como paixões o golfe, a leitura, o cinema e a música com a qual se tornou famoso na juventude pela participação - na qualidade de compositor e letrista - em dois discos de sucesso: 'Sem Kigila' e 'Sem Kigila Também', em 1991-1992.



reforço de meios rolantes venha, no curto prazo, ajudar a reduzir o problema da oferta de transportes para o público em geral, aumentar o nível de empregabilidade e, a longo prazo, tornar-se, pela certa, um produto apetecível para respectiva privatização.

#### **Disse, há tempos, que a problemática da mobilidade e dos transportes colectivos urbanos públicos, essencialmente em Luanda, deve ser vista como responsabilidade multidimensional. O que já está a ser feito nesse sentido?**

A temática dos transportes e mobilidade tem de ser encarada de forma integrada, porque, na nossa orgânica, as infra-estruturas rodoviárias são da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT). As questões de viação e trânsito são da competência da Polícia Nacional. Neste sentido, o Plano Director do Sector dos Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias agrega todas essas valências, para melhor e mais coordenada materialização das políticas públicas em matéria dos transportes e mobilidade.

#### **E então...?**

O Ministério dos Transportes, conjuntamente com o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Ministério das Finanças, Ministério do Interior, Governo Provincial de Luanda e outras entidades afins têm prevista a execução, nos próximos dias, de um Plano de Medidas de Curto Prazo para a Melhoria dos Transportes Públicos em Luanda. Portanto, pretende-se, com este plano, melhorar progressivamente a mobilidade urbana na capital - principalmente, a e ciência dos transportes públicos - e o estado actual das infra-estruturas rodoviárias. Além disso, pretende-se a reestruturação da organização do próprio serviço, um melhor ordenamento do trânsito e maior disciplina dos condutores e operadores dos transportes.

#### **E investimento em autocarros de última geração (...) mais modernos, acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida?**

O Ministério dos Transportes, em articulação com o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, tornou possível essa realidade, a

1,4%

**De acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional do Sector dos Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias (PDNSTIR), estima-se que deverá ser gasto em média 1,4% do PIB anualmente, para todo o conjunto de iniciativas do sector,**

15

**Implementação do abono, por meio dos passes sociais, vai dar prioridade aos estudantes até ao 1.º ciclo do ensino secundário (até 15 anos de idade).**

3

**Segundo os estudos de especialidade existentes, deverão ser implementadas, inicialmente, faixas BUS em três principais corredores, nomeadamente as avenidas Deolinda Rodrigues, 21 de Janeiro e Estrada da Samba**

3,5

**Mil milhões de dólares, é o valor estimado para a construção do Metro de Superfície de Luanda.**

# Entrevista

Continuação da página 5

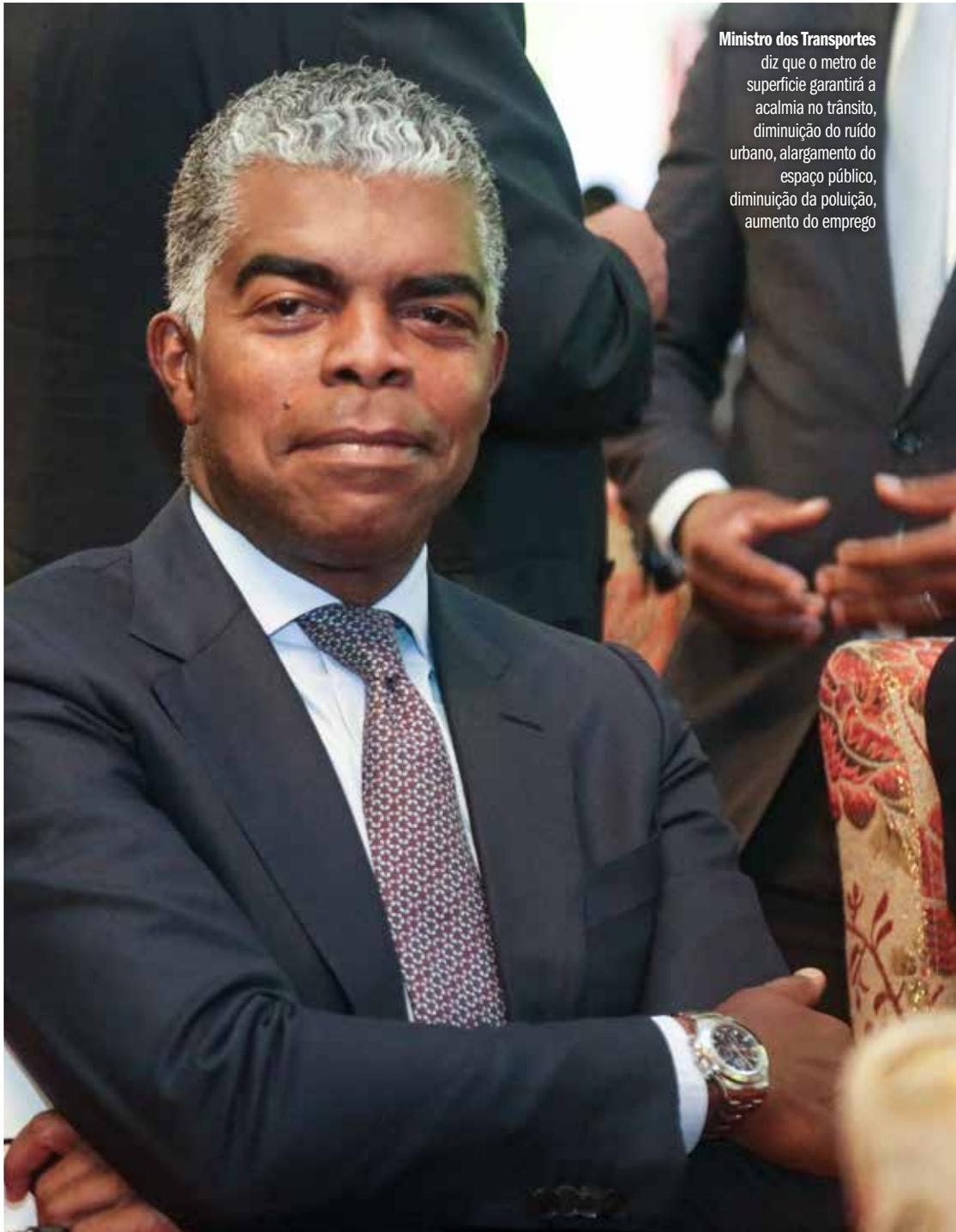
*A empresa [TCUL] tem obtido resultados financeiros positivos, em particular desde 2019.*

*A temática dos transportes e mobilidade tem de ser encarada de forma integrada.*

*O sistema de bilhética integrada está contratado e estamos a realizar apenas alguns ajustes técnicos para a sua implementação.*

*O mapa único da rede de transportes de cada cidade é uma das tarefas que estamos a recomendar que os governos provinciais desenvolvam.*

*A rentabilização do sector [ferroviário] passará pelas PPP, concessões para construção de infra-estruturas.*



**Ministro dos Transportes**

diz que o metro de superfície garantirá a acalmia no trânsito, diminuição do ruído urbano, alargamento do espaço público, diminuição da poluição, aumento do emprego

pensar nas pessoas com mobilidade reduzida. Parte da frota nova para o reforço do transporte urbano em todas as províncias conta com plataformas elevatórias para facilitar o transporte de pessoas com mobilidade reduzida. É nossa obrigação cumprir a Lei das Acessibilidades.

**E no que toca à electromobilidade?** Estamos igualmente a concluir o pacote regulamentar da electromobilidade, que, no nosso entendimento, deve privilegiar, numa fase inicial, os transportes públicos - com veículos eléctricos e não poluentes -, gerando benefícios directos e indirectos para a população das cidades. Aliás, este objectivo encontra-se plasmado nos objectivos de desenvolvimento sustentável, subscritos pelo nosso

país, encontrando-se esta dimensão no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

**Já está definido todo o sistema de bilhética e o mapa único da rede, tendo em conta os movimentos pendulares que existem entre os municípios?**

O sistema de bilhética integrada está contratado e estamos a realizar apenas alguns ajustes técnicos para a sua implementação. Fizemos os ensaios-piloto no mês de Abril de 2019 na província de Luanda, com êxitos. Os referidos ensaios foram feitos com base no Relatório de Estudos de Transporte Público realizados na província de Luanda e inclui os movimentos pendulares da província de Luanda. Desde outubro de 2019, está a funcionar com sucesso na pro-

víncia de Huíla. O mapa único da rede de transportes de cada cidade é uma das tarefas que estamos a recomendar que os governos provinciais desenvolvam. Vamos prestar todo o apoio para que isso aconteça nas províncias. Há também a necessidade de elaboração de um sistema de informação para os utentes dos transportes colectivos.

**Esse mapa integrará igualmente as ligações a meios de transporte, como o comboio ou o metro?**

O mapa de uma rede de transportes urbanos deve prever todos os modais regulares existentes. No nosso caso, temos inicialmente a intermodalidade dos meios de transportes rodoviários (autocarros) e ferroviários (comboios) existentes. Sendo que Luanda irá futuramente integrar o

transporte marítimo e o metro de superfície.

**Quanto é que vai custar ao Estado a redução dos tarifários aplicados em passe e gratuidades dos transportes?**

Está em curso a actualização de um trabalho conduzido pelo Ministério das Finanças sobre a proposta de regulamentação do Sistema Tarifário de Transportes Públicos Colectivos de Passageiros Terrestre e Marítimo, que já estabelece a implementação do abono aos estudantes, por meio dos passes sociais, dando prioridade aos estudantes até ao 1.º ciclo do ensino secundário (até 15 anos de idade).

**Qual é a previsão?**

Vamos aguardar o resultado deste trabalho técnico, sendo certo que o principal objectivo é assegurar a mobilidade dos nossos estudantes, conforme plasmado no Despacho Presidencial n.º 168/19 de 7 de Outubro, que orienta a conversão, adequação do Programa de Mobilidade Escolar para o Programa de Reforço do Transporte Urbano de Passageiro em todo o país. Numa só palavra, sim. Vamos ter passes sociais para os transportes públicos.

**FAIXAS BUS**

**Não é contraproducente Luanda, o grande centro do país, não ter placas giratórias para transportes públicos?**

É um facto a ausência de infra-estruturas de apoio ao transporte público. Entretanto, há um levantamento plasmado no Relatório de Estudos de Transporte Público Realizados na Província de Luanda, onde estão identificados locais que podem ser aproveitados mediante uma parceria público-privada para a construção de infra-estruturas de apoio à exploração dos serviços de transportes públicos. Um dos locais identificados para a construção do terminal interprovincial de passageiros e de integração urbana fica junto ao Pavilhão Multiusos do Kilamba.

**Vai ser necessário alargar estradas, algumas ruas, principalmente em Luanda, para inserir as faixas 'bus'?**

Segundo os estudos de especialidade existentes, deverão ser implementadas faixas dedicadas nos principais corredores, como as avenidas Deolinda Rodrigues, 21 de Janeiro e Estrada da Samba.

## “Um dos locais identificados para a construção do terminal interprovincial de passageiros e de integração urbana fica junto ao Pavilhão Multiusos do Kilamba.”

E...?

A sua implementação deverá ser de forma integrada, envolvendo o MINTRANS, MINOPOT, GPL e MININT. Perdemos a oportunidade de fazer isso quando estas vias foram alargadas. Portanto, é real a necessidade de se implementar as 'faixas bus' para melhorar a eficiência dos transportes públicos. As nossas equipas técnicas já começaram a trabalhar com o Governo Provincial de Luanda, o MINOPOT e o MININT para a definição de medidas que se julgarem necessárias para a sua materialização.

### METRO MAL ENTENDIDO

#### Quando teremos as cidades principais do país sem táxis colectivos, vulgos 'azuis e brancos', mas com autocarros decentes?

A realidade angolana é especial, e os táxis colectivos fazem parte do sistema de transportes do país. Eles são alimentadores (feeders) e têm contribuído para a mobilidade dos cidadãos. Precisamos de aprofundar e acelerar o trabalho já em curso com os governos provinciais e as associações de taxistas, para que haja uma melhor coordenação e organização desta actividade. Temos províncias onde esta actividade está totalmente integrada no sistema de transportes colectivos e realizada de forma disciplinada e coordenada.

#### Em que pé se encontra o projecto sobre a regulamentação do serviço de moto-taxista?

Há um trabalho técnico já feito sobre a regulamentação do serviço de moto-taxista que envolveu os contributos do MAPTSS, do MAT, do MININT, dos governos provinciais e das associações da classe, para profissionalização dos moto-taxistas, de forma a beneficiarem de protecção social. Estamos em crer que, nos próximos dias, teremos já o diploma aprovado e publicado.

Mas...

O recentemente aprovado Decreto Presidencial 295/20 sobre o Regime Jurídico da Protecção Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem, inseridos nas Actividades Económicas Geradoras de Baixos Rendimentos - documento de iniciativa dos MAPTSS -, prevê já um enquadramento de integração destes profissionais neste regime especial.

As obras do metro de Luanda começam em Janeiro. Qual é a data prevista do término?

Houve uma má interpretação das palavras, num recente encontro com jornalistas. O que foi dito é que tudo se estava a fazer para o arranque do projecto no início de 2021. Para tal, e como já é sabido, o projecto MSL (Metro de Superfície de Luanda) irá ser implementado na modalidade de parceria público-privada (PPP), procurando dessa forma não sobrecarregar o Estado por via de financiamento público directo, tendo em conta a situação financeira actual.

Nesse sentido....

Nesse sentido, estão a ser criadas e preparadas todas as condições precedentes, relativas à estruturação da PPP, processo negocial com entes interessados nacionais e internacionais. Sendo que todo este processo, apesar de o pretendermos célere, pode levar alguns meses a ser concluído. Após a conclusão do mesmo, teremos então criadas as condições para proceder ao lançamento do projecto e ao arranque das obras.

#### Estima-se que vai custar o equivalente a 3,5 mil milhões de dólares. E quanto será o preço por quilómetro?

Os estudos técnicos de viabilidade apontam para um valor aproximado de 3,5 mil milhões de dólares americanos, tendo em conta a rede proposta de 149 Km - o preço por quilómetro ronda em média 24 milhões de dólares americanos. Importa referir que o preço por quilómetro já contempla o material circulante, sistemas inteligentes, como sinalização, telecomunicações, controlos de acesso, CCTV, CCO e infra-estruturas de apoio (estações). Mas, mais do que nos fixarmos no valor do investimento, e não custo, é preciso também conseguirmos perceber os benefícios ou retorno directo e indirecto deste importante sistema, para a cidade, para a população e para a economia.

# 149

Quilómetros é a distância da rede do futuro metro de superfície de Luanda

#### Acredita que o metro vai descongestionar as principais entradas e saídas do centro de Luanda?

Com o crescimento da população de Luanda (agora a rondar os oito milhões de habitantes), e olhando para os actuais problemas de mobilidade, não temos dúvidas de que o metro trará benefícios, por se tratar de um projecto de transporte de massa, rápido, seguro e ecológico (veículos eléctricos). Irá mudar a cidade capital no domínio do tráfego e mobilidade (mais sustentável), bem como a própria imagem da cidade ao longo dos traçados propostos.

#### O que mudará na vida dos luandenses?

Garantirá a acalmia no trânsito, diminuição do ruído urbano, alargamento do espaço público, diminuição da poluição, aumento do emprego e da inclusão e o fomento da vida nas ruas, com o respectivo desenvolvimento do pequeno comércio e actividades conexas.

#### Tem hoje serventia um comboio que anda à velocidade dos anos 60/70?

Não é verdade que os comboios em Angola circulam com velocidades dos anos 60/70 (20 - 25km/h). Hoje, por conta da evolução, no que concerne ao tipo de locomotivas em uso (diesel-eléctrica), aos materiais de construção das vias-férreas (travessas de betão, carris de 50kg/eixo, construção de obras de arte novas e robustas, etc) - contrariamente às máquinas a vapor, travessas metálicas e de madeira usadas no passado -, temos hoje um aumento de velocidade. A máxima projectada é de 120km/h, alcançando uma velocidade comercial média que ronda os 80 e 90km/h fora das localidades e 35 - 40km/h nas zonas suburbanas. Não sendo possível fazer-se mais, em função da invasão da zona reservada ao domínio público ferroviário.

#### Qual é a dimensão do contributo dos caminhos de ferros

# 800

Mil toneladas de mercadorias, entre 2018 e 2019, foram transportados, pelas três empresas de caminho-de-ferro de Angola, mais de 7 milhões de passageiros e aproximadamente 800 mil toneladas de mercadorias.

#### para a economia?

Temos regiões de Angola totalmente dependentes deste modo de transporte, nomeadamente as províncias do Centro e do Leste do país - particularmente, as populações do Bié e do Moxico. Só para exemplificar: entre 2018 e 2019, foram transportados, pelas três empresas de caminho-de-ferro de Angola, mais de sete milhões de passageiros e aproximadamente 800 mil toneladas de mercadorias.

#### E que planos tem o seu pelouro para a rentabilização de um sector que já foi rentável no tempo colonial?

Essa questão tem de ser vista em dois domínios. No domínio do transporte de passageiros, em que um dos principais problemas enfrentados mundialmente pelos sistemas de transportes ferroviários é a incapacidade de gerar internamente receitas para cobrirem os seus custos operacionais, sendo necessário que o Governo transfira recursos (subsídios) para cobrir esse défice.

#### E no domínio do transporte de mercadorias?

A rentabilidade passa pela atracção de um maior volume de carga transportada, seja ela interna/nacional (aumento dos níveis de produção por via da diversificação da economia) e/ou em trânsito (de e para os países vizinhos e encravados), pela abertura a operadores privados, concessão, expansão e conexão das linhas.

#### Estas são as soluções para a rentabilização deste sector?

É uma das soluções. A rentabilização do sector passará pelas PPP, concessões para construção de infra-estruturas de rede e concessões das infra-estruturas existentes, que já são um facto no sector dos Transportes, com a recente aprovação, pelo Titular do Poder Executivo, da autorização para o lançamento do Concurso Público para a Concessão da Linha Férrea afecta ao CFB, o designado Corredor do Lobito. Outro facto relevante nessa senda foi o anúncio público do resultado do concurso internacional para a gestão do TMU do Porto de Luanda - o Estado irá arrecadar 150 milhões de dólares americanos. Com o prémio de assinatura do contrato, será melhorada a infra-estrutura existente, garantindo-se a manutenção de empregos, a formação e capacitação dos quadros nacionais.



Os táxis colectivos fazem parte do sistema de transportes do país.



Precisámos de recuperar o tempo e correr atrás do prejuízo.



Nos próximos dias teremos já o diploma [sobre a regulamentação do serviço de moto-taxista] aprovado e publicado.

# Economia/política



INFLAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL DEIXAM EMPRESÁRIOS MAIS 'SUFOCADOS'

## Atraso na disponibilização de verbas paralisa obras do PIIM

**INVESTIMENTO PÚBLICO.** Empresários consideram valores de contrato "inadequados" para darem sequência às obras. Na falta de actualização, há quem equacione a rescisão de contratos.

Por Guilherme Francisco

**D**ezenas de obras do Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM) estão interrompidas por atraso nos pagamentos por parte do Ministério das Finanças, de acordo com depoimentos de vários empreiteiros que salientam existir, até ao

momento, alguns que só receberam os 15% de down payment, pagos em Maio último.

Waldemar Julião, responsável da empresa EM ACAB, encarregue da construção de duas obras no município do Virei, no Namibe, é uma destas vozes. Uma das empreitadas é a construção da esquadra de polícia municipal, avaliada em 180 milhões de kwanzas, dos quais não recebeu nada, apesar de ter assinado o contrato. A outra é a construção de três bebedouros para o gado, avaliados em 9 milhões de kwanzas, dos quais

recebeu 15% em Maio. O empreiteiro teve, entretanto, de injectar recursos próprios para começar a executar a obra dos bebedouros, porque o avanço recebido do Ministério não foi suficiente. Ainda, confessa, teve de paralisar a obra para não acumular "elevados" custos. "O acesso é difícil. Para levar uma escavadora até lá, o valor é três vezes superior aos 15% pagos. Há várias necessidades, desde a montagem de estaleiro à logística alimentar. Este é um grande constrangimento, fez-se o pagamento em Maio e, de lá para cá, não se fazem

outros pagamentos", lamenta.

A obra dos bebedouros teria duração de apenas 45 dias e, de acordo com o contrato, o pagamento de outra prestação seria executado depois de 15 dias da primeira (feita em Maio), mas, passados quase sete meses, o acordo não foi cumprido. Waldemar Julião começa já a ter, por isso, outras preocupações relacionadas com o câmbio, o que o levou a propor a actualização dos valores do contrato. E não descarta a possibilidade de rescisão, caso o Governo não venha a concordar. "O saco de

cimento, na altura da assinatura do contrato, estava 1.800 kwanzas na fábrica, agora custa 2.200 kwanzas; o varão de 12 estava a 3.600 kwanzas, actualmente custa quase 7 mil; já o mosaico de qualidade custava 20 mil kwanzas, agora está a 38 mil. Ou temos de nos desfazer do contrato ou temos de remediar, como muitas vezes acontece, fazendo coisas com péssima qualidade", justifica, acrescentando que a administração do Virei tem referido que já fez a sua parte. "Falta é as Finanças cabimentarem as verbas na conta das empresas", insiste.

A andar pelo país a fiscalizar obras, o engenheiro civil Óscar Kinganga confirma que várias obras se encontram paralisadas pela falta de pagamento. E aponta a morosidade como a "grande debilidade" do programa. "O erro no PIM está no atraso nos pagamentos. Os autos entram de 1 a 10, a resposta seria de 10 a 20. Mas o empreiteiro fica 40 a 60 dias sem receber nenhum valor, isso dificulta o andamento da obra, tendo em conta a inflação", explica.

A esta dificuldade, enumera Kinganga, os empreiteiros arcam "grandes despesas" com o pagamento de salários e impostos, compra de materiais, manutenção das máquinas e com a criação de condições de biossegurança, higiene e segurança no trabalho.

Quem também apresentou reticências sobre o PIIM é um empresário do sector da construção que, recentemente, fez parte de uma comitiva do MPLA que visitou diversas obras, classificando mesmo a situação "como uma brincadeira, um autêntico fiasco". "É um programa falhado, encontramos muitas obras que não passaram dos alicerces e já estão praticamente

**AS AUTORIDADES ANGOLANAS** desmantelaram uma rede internacional de tráfico de droga, que incluía um português, na sequência de uma apreensão recente de cocaína, proveniente do Brasil, no aeroporto internacional de Luanda

# 1.299

Projectos com as quotas liquidadas e pagas

# 164

Total de municípios a abranger

# 89

Mil milhões de kwanzas  
Liquidação dos projectos

# 1.388

Novos projectos prontos para serem executados

# 2

Mil milhões dólares  
Total de financiamento

# 300

Novos projectos prontos para serem executados

abandonadas, via-se que os empreiteiros só foram para lá porque foram avisados da visita”, explica o empresário, sob anonimato.

## CHINESES “MAIS PRIVILEGIADOS”

Mateus Silva está a fiscalizar a construção de duas escolas no município do Bungo, Uíge, sendo uma de 12 salas, avaliada em 150 milhões de kwanzas, e outra de sete salas, orçada em 78 milhões de kwanzas. Segundo o fiscal, os empreiteiros angolanos retomaram as obras há um mês,

após a paralisação forçada pela falta de pagamentos. E, neste momento, discutem com as autoridades a actualização do contrato, devido à “subida vertiginosa” dos materiais.

Quem, entretanto, não suspendeu as obras, apesar da falta de pagamentos desde Maio, são as empresas chinesas. E, para Mateus Silva, a explicação está na “robustez financeira” destas empresas, ao contrário das concorrentes angolanas que se encontram descapitalizadas.

O VALOR tentou, sem sucesso, o esclarecimento do Ministério das Finanças. Todavia, em declarações a este jornal em Julho, o departamento gerido por Vera Daves explicou que o Governo havia aprovado o Decreto Executivo nº 167/20, de 27 de Maio, com o objectivo de “atenuar os impactos negativos que a desvalorização do kwanza e a inflação poderiam causar à execução do Programa”. A ideia, segundo precisou, passava por repor o “equilíbrio económico-financeiro” dos contratos associados ao PIIM. “Assim, em caso de desequilíbrios financeiros que fundamentem os pedidos de alteração dos Contratos Públicos em vigor, e de forma a garantir a celeridade na execução do PIIM, as Unidades Orçamentais devem proceder nos seguintes termos: O reequilíbrio económico-financeiro dos contratos públicos devem atender aos aspectos concretos de cada contrato, em função das suas características e especificidades”, detalhavam as Finanças. O Ministério lembrava, entretanto, que a moeda de referência para a execução dos contratos públicos, no âmbito do PIIM, era o kwanza, e que não era permitida a indexação do valor dos contratos ou dos seus pagamentos a uma moeda externa, “salvo as excepções que resultarem da avaliação das especificidades”. “O reequilíbrio dos contratos PIIM deve ser feito, tendo em consideração o valor global do plafond de financiamento atribuído a cada Unidade Orçamental”, esclareceu.

Na ocasião, o Ministério das Finanças garantiu que “o trabalho exaustivo que tem sido feito é no sentido de garantir o sucesso e a execução eficiente do plano”, sublinhando que “todo o trabalho está a ser feito, em articulação com as administrações municipais e governos provinciais que estão ‘in loco’ a assegurar a sua prossecução”.

Lançado o ano passado, o PIIM está estimado em dois mil milhões de dólares provenientes do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) e deve abranger os 164 municípios do país.

## NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA EM LITÍGIO

# Governo arrecada apenas 1,8% da receita prevista

**FISCALIDADE.** Governo prevê arrecadar 30 mil milhões de Kwanzas de um total de 61,9 mil milhões reclamados, mas até ao momento só foram arrecadados 546 milhões de Kwanzas.



Vera Daves,  
ministra  
das Finanças

de kwanzas dos 61,9 mil milhões em causa. Deste valor, cerca de 43 mil milhões correspondem ao tributo, enquanto 2,5 mil milhões a multas e juros.

Na proposta de negociação do Governo, o valor correspondente à multa e juros seriam totalmente perdoados, assim como 30% do valor correspondente ao tributo. Desta feita, o montante a perdoar está estimando em mais de 25 mil e 349 milhões de kwanzas.

O Governo justificou a proposta com a necessidade de encontrar soluções, “considerando que grande parte dessa dívida não pode ser transferida para os cofres do Estado, na medida em que os respectivos processos judiciais perduram”, salientando que, com a estratégia negocial, pretendia “oferecer aos contribuintes contrapartes no litígio a extinção das multas, juros e custas processuais, assim como o montante de 20% a 30% do respectivo tributo devido”.

Para o acesso às referidas contrapartes, o contribuinte teria de desistir do processo judicial, e de realizar o pagamento da dívida negociada em um prazo máximo de 30 dias ou, em alternativa, apresentar um plano de pagamento da dívida em prestações num limite máximo de seis meses, sendo que a primeira prestação de 50% do valor global da dívida seria paga num prazo máximo de 30 dias.

Na altura da apresentação da proposta, em Julho, diversos empresários contactados pelo VALOR aplaudiram a intenção, mas apelaram para a necessidade de o Governo, através da AGT, “despir-se da arrogância no processo negocial”. A medida começou a ser aplicada a 11 de Agosto.

Por César Silveira

O Governo arrecadou cerca de 546 milhões de kwanzas dos 30 mil milhões previstos com a negociação da dívida tributária em litígio, fixando em apenas cerca de 1,8% a taxa de sucesso.

De acordo com dados preliminares da Administração Geral Tributária (AGT) a que o VALOR teve acesso, dos 180 processos em litígio apenas 23 aderiram ao programa de negociação da dívida.

No que diz respeito à Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes estão em causa 48 processos, mas apenas 8 aderiram ao regime, o que permitiu a arrecadação de apenas 411.855,7 mil kwanzas.

Com 57, a 3ª Região Tributária tem, por sua vez, o maior número de processos, sete dos quais aderiram ao programa, garantindo que fossem arrecadados mais de 50 milhões de kwanzas.

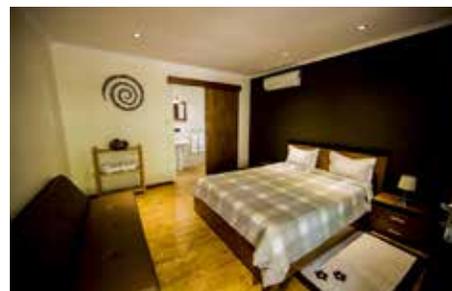
A negociação da dívida tributária em litígio, através de um Plano de Regularização Excepcional, é uma das medidas fiscais adoptadas pelo Governo para o incremento das receitas fiscais do orçamento em exercício, revisto a meio do ano, tendo perspectivado arrecadar mais de 30 mil milhões

# Mercados & Negócios



CARPE DIEM JÁ FECHOU UNIDADE NA PRAIA

## Resort de referência à beira do abismo



Uma referência do Ecoturismo com mais de uma década de existência



**TURISMO.** Já foram despedidos funcionários e o grupo hoteleiro, que tem uma unidade pronta para abrir portas, enfrenta custos de manutenção avultados sem perspectiva de receita, já que a interdição das praias, em vigor desde Março, não tem data para levantamento.

Por Redacção

Com mais de uma década dedicada ao Ecoturismo em Angola, e depois da construção paulatina de uma marca que se tornou referência nacional dentro e fora de portas, o gestor e proprietário do Carpe Diam, Paulo Augusto, começa a ‘atirar a toalha ao chão’, depois do fecho de portas da famosa Praia dos Surfis-

tas, imposto desde Março. A covid-19 foi uma catástrofe para a maioria dos empresários, mas o sector do turismo, privado de voos e viagens, e sujeito a restrições de várias ordens, é dos mais atingidos a nível mundial. O resort Carpe Diam, em Cabo Ledo, encontra-se numa situação de fragilidade maior, porque se situa na praia que, no âmbito das restrições do estado de calamidade, é proibido frequentar. “Tivemos de mandar os funcionários embora porque já não temos como lhes pagar. Foram 30 empregos directos e no Carpe Diam que empregava 50 vão sobrar ape-

### MEMORIZE

- A proibição de frequentar as praias no âmbito das restrições do estado de calamidade funciona como um desafio extra na gestão do espaço face aos constrangimentos impostos pela pandemia da covid-19. O Carpe Diam tem a famosa Praia dos Surfistas como a principal atracção.

nas metade, se isto continuar”, conta o gestor que, há mais de 20 anos, investe na zona que “antigamente não passava de um pântano”. Mas, mais do que os postos de trabalho directos que desaparecem, “destrói-se todo um ecossistema económico que vivia da actividade, desde as aulas de surf às vendas e alugueres do parque e de artigos e kitutes variados por jovens ambulantes que assim alimentavam as suas famílias”.

O VALOR ouviu clientes do resort que se queixam das ameaças de multa da Polícia, que tornam a estadia, outrora relaxante, num stress

adicional. “Depois de hora e meia a conduzir para descansar, a última coisa de que se precisa é ter um polícia a ralhar para que a pessoa saia da areia e não molhe sequer os pés. Mas a água tem covid?”, interroga-se um cliente. Lógica da interdição que é questionada também pelo proprietário do espaço. “Não podemos ir à praia apanhar vitamina D, que é essencial para o sistema imunológico, mas podemos ir ao cinema, que é fechado? É incompreensível, somos o único país que manteve proibições nas praias e aqui nós até temos condições de criar segurança por ser

A **STARTUP AKI**, responsável pelo desenvolvimento de uma plataforma que disponibiliza um conjunto de serviços de pagamentos que permitem integrar-se nos sistemas externos, foi considerada a melhor em termos de tecnologia financeira pelo BNA.

## ANTES DA PANDEMIA

Paulo Augusto conta que o projecto, que cresceu de forma paulatina mantendo os custos possíveis baixos, teve um período de crescimento e que, mesmo com a entrada da crise, investiram no turismo de fora, participando em feiras internacionais que deu resultados positivos que permitiram colmatar o êxodo dos expatriados que compunham grande parte da clientela. O turismo interno e a diversificação de projectos que atraíam o turismo da natureza contribuíram para a sustentabilidade do projecto. Através de uma parceria com uma associada internacional, instalada em Portugal e Israel, a estratégia incluía pacotes internacionais para um público nicho de surfistas e observadores da natureza, particularmente no período do cacimbo.

Também com a crise as pessoas que costumavam sair passaram a fazer férias dentro do país, “portanto esse mercado interno passou a compensar a transição e tivemos de nos adaptar, mudar pratos, abrimos o safari tours que faz safaris, promovemos cursos de guia turístico para fazer visitas às grutas”. Os 45 quilómetros entre a Barra do Kwanza e Cabo Ledo, lembra o empresário, “são provavelmente uma das melhores zonas de África para turismo com o parque da Quissama, um campo de golfe muito bom, grutas, um dos maiores rios do continente, o surf, a desova das tartarugas, a segunda ou terceira maior peregrinação Católica do mundo com a Senhora da Muxima, os resorts, o marisco e um por do sol fantástico. O potencial é muito grande o problema é operacionalizar e deixar as coisas acontecerem”.

A empresa familiar tem também um resort ecológico, novo, já inspeccionado e pronto a inaugurar, feito com materiais locais, com madeira reciclada e adobe. A unidade conta com 14 alojamentos e restaurante mas “tem de estar fechado porque é na praia”. Cansado, o gestor, que diz compreender as restrições mas não o fecho de praias com condições de segurança, apela a que salvem aquele “exemplo de turismo nacional”.

uma zona concessionada, quanto mais não seja para manter empregos e gerar impostos.” Paulo Augusto conta que construíram um parque de estacionamento para 100 carros, e que é possível criar um “exemplo de acesso à praia em segurança”, com espaçamento de 10 metros entre as pessoas, lavagem e desinfeção das mãos e medição da temperatura. “Podemos fazer as regras funcionar, mas é preciso que o Governo olhe para estas situações”, clama.

Sobre apoio do ministério de tutela, o gestor descreve um cenário de “deriva” com três ministros diferentes em menos de um ano, desde a saída da ministra Ângela Bragança, “que teve o mérito de procurar soluções ouvindo todos os intervenientes no sector”, aos seis meses da ministra Adjany Costa, que também deu “alguma esperança” ao sector. “Temos um novo ministro e ainda não sabemos nada dele”, explica.

Do pólo de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo, o gestor diz não saber nada “porque não falam com os operadores”, mesmo se tratando do Carpe Diam, “o maior empregador” da zona. “Quem vai pensar investir num país assim? Só se ouve falar que o turismo vai ser a fonte de rendimento para Angola e não estamos a entender como?”, questiona-se. “Os parques naturais estão numa lástima, precisam de um investimento muito grande que não se faz em meia dúzia de meses, e o turismo sol e mar, que poderia fazer isto funcionar, vê as praias interditas”, lamenta.

Cabo Ledo não tem energia da rede, nem água canalizada e, por isso, as despesas fixas de manutenção na região e os custos operacionais com água, energia e lixo são muito elevados e mantêm-se “com as portas abertas ou fechadas”. “Para cortar custos só cortando em pessoal lamentavelmente. Vai chegar o Natal e o fim do ano e estamos quase parados quando, nesta altura, já estaríamos cheios e com quartos livres só lá para 6 de Janeiro. Com todas estas regras mais a proibição da praia não estamos a conseguir”, insiste o empresário para quem a covid-19 poderia ter fomentado o turismo interno. “Temos uma cerca sanitária em Luanda, onde se concentra todo o poder económico e um terço da população. Por causa da cerca, havia uma esperança nos pontos turísticos da capital”, como Mussulo, Cabo Ledo, Barra do Dande, mas que morre devido à interdição às praias.

## EMPRESA SÓ RECEBEU INTENÇÕES

# Sonangol reformula estratégia para vender hotéis

**PRIVATIZAÇÃO.** Processo de alienação dos activos fora do negócio ‘core’ sofre impacto das crises económica e pandémica. Unidades hoteleiras colocadas à venda em Luanda não tiveram compradores interessados. Até ao momento, nenhum passou da intenção.

Por Isabel Dinis

**A** Sonangol está a reformular o processo de comunicação e estratégia para a venda do Hotel Florença e do Hotel Convenções de Talatona (HCTA) por até agora ter recebido apenas intenções de compra.

Sem adiantar o número de intenções recebidas, o director-geral da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), Wilson Mucacava, explicou que a intenção da mudança de estratégia é a de “promover mais” as unidades dentro e fora do país.

Segundo Mucacava, desde que foi aberto o concurso público das duas unidades, a 27 de Agosto deste ano, houve contactos “preliminares” com potenciais interessados, entre os quais empresas internacionais, incluindo algumas de referências, “mas não passaram de apenas intenções”.

Reconhecendo que o contexto em que a petrolífera decidiu colocar a venda das unidades é “bastante desafiante”, o gestor referiu que os efeitos da crise e da pandemia têm “impactado” no número de propostas que seria “desejável” nesta

fase. “Mas tudo estamos a fazer no sentido de promover ainda mais os nossos activos, assegurando, deste modo, que tenhamos um maior número de propostas possíveis e escolher no âmbito daquilo que é a comissão de avaliação aquela que melhor atende à expectativa do investidor”, ressaltou.

A petrolífera tem estado também a analisar o que será o melhor modelo de privatização a ser usado para a venda dos hotéis. Desde logo, explica Mucacava, duas possibilidades estão em cima da mesa, nomeadamente a alienação “pura e dura” ou ainda o de operação. “Isto permite avaliar em função das propostas que recebermos, qual é a estratégia que deveremos adoptar, assegurando deste modo todo o investimento realizado”, explicita.

As declarações do director da Sonip foram feitas durante a Webinar, promovida pela Sonangol, sobre a atractividade do sector do turismo em Angola.

Os concursos públicos internacionais para a venda das duas unidades hoteleiras foram colocados no mesmo dia. Os candidatos interessados tinham até ao dia 16 de Outubro para a apresentação das respectivas candidaturas. E os aprovados tinham de apresentar as propostas financeiras para a compra dos imóveis até

ao dia 04 de Dezembro deste ano.

Para a caução provisória, no caso do HCTA, a petrolífera exige até um milhão de dólares ou o contravalor em kwanzas à taxa câmbio do Banco Nacional de Angola. No caso do Hotel Florença, são 60 mil dólares.

Além destes dois investimentos, a Sonangol abriu concurso para a venda de activos e participações no turismo, depois de, em Janeiro, ter colocado, no mercado, seis empresas com sedes em Angola, Portugal, Estados Unidos e França.

## OS HOTÉIS POR DENTRO

O HCTA foi inaugurado em Dezembro de 2009. Foi a primeira unidade hoteleira de cinco estrelas a surgir em Angola, tendo a sua edificação implicado um investimento de mais de 200 milhões de dólares. Mas o ano passado passou à categoria de quatro estrelas.

O empreendimento está integrado num complexo que incorpora também o Centro de Convenções de Talatona (CCTA) e 20 luxuosas vilas. A unidade hoteleira possui 201 quartos, 180 dos quais de luxo e 21 suítes. Já o Hotel Florença é uma unidade de três estrelas, também financiada pela petrolífera e está localizado igualmente na zona de Talatona.



## DE JURE

COMISSÃO INSTALADORA RECEBE CHUMBO DEFINITIVO, MAS PROMETE "NÃO PARAR"

# TC entende que partido de Chivukuvuku não é 'pra já'

**POLÍTICA.** Alegações careciam de melhor clareza e objectividade, quer em relação ao objecto, quer em relação à causa de pedir e ao pedido, diz Tribunal Constitucional. Pra-Ja promete pronunciar-se amanhã em conferência de imprensa.

O Tribunal Constitucional (TC) 'reprovou', mais uma vez, e de forma definitiva, o recurso interposto do Partido de Renascimento Angolano – Juntos por Angola – Servir Angola (Pra-Ja Servir Angola), em que se procurava anular a decisão, datada de 25 de Agosto de 2020, que negou o recurso extraordinário de inconstitucionalidade, interposto depois o TC ter negado, em primeira instância, dar provimento ao pedido de legalização do partido.

A comissão instaladora do projecto político de Abel Epalanga Chivukuvuku, realiza, por isso, esta terça-feira, uma conferência de imprensa em que, de entre outros, vai abordar aspectos ligados ao último 'chumbo' do TC.

A comissão instaladora buscava forçar o Constitucional a dar provimento ao recurso extraordinário de inconstitucionalidade e admitir a legalização do Pra-Ja, alegando violação do princípio do acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva e violação do princípio da fundamentação das decisões.

O Plenário do TC argumentou, na conclusão, que o juiz conselheiro presidente decidiu, em conformidade com a lei, mantendo, por isso, o despacho de rejeição do recurso extraordinário de inconstitucionalidade.

"O Tribunal Constitucional é do entendimento de que, face à realidade dos autos, estão devidamente fundamentadas as razões do indeferimento do requerimento, não sendo atendível a alegada violação do princípio constitucional do

dever de fundamentação das decisões judiciais, portanto, foi garantida e assegurada a observância da Constituição e da Lei do Processo Constitucional (LPC)", concluiu o Plenário.

O Tribunal defende que a comissão instaladora do Pra-Ja devia oferecer alegações de modo claro e objectivo e concluir, de forma sintética, pela indicação dos fundamentos por que pede a anulação da decisão recorrida, como estabelece o nº 1, do artigo 690.º, do Código de Processo Civil. Ou seja, no caso, a comissão instaladora deveria esgrimir, em sede de alegações, as razões de facto e de direito que justificassem a anulação do despacho de rejeição, datado de 27 de Agosto deste ano, o que não aconteceu.

Segundo o TC, as alegações careciam de melhor clareza e objectividade, quer em relação ao objecto, quer em relação à causa de pedir e ao pedido, "contanto que destas cabe definir ou reconhecer os direitos e interesses ofendidos, pois os direitos fundamentais têm protecção constitucional efectiva".

O Constitucional acrescenta que a recorrente foi notificada para aperfeiçoar as alegações no prazo de 10 dias, mas as deficiências não foram supridas. Com efeito, o TC decidiu negar provimento ao recurso da comissão instaladora do Pra-Ja Servir Angola e manter o despacho recorrido.

Com esta decisão, estão esgotadas todas as possibilidades do reconhecimento do projecto político de Chivukuvuku como partido e os membros da comissão instaladora estão impedidos de criar partido nos próximos quatro anos, por impera-



Abel Chivukuvuku promete não desistir

tivo da Lei dos Partidos Políticos.

A coordenação geral da comissão instaladora do projecto que se propõe Servir-Angola avisa que não vai acatar a decisão do TC e considera que "a decisão foi política e não jurídica" e, por conseguinte, anuncia, para os próximos tempos, a realização de uma série de manifestações como forma de protesto.

Na semana passada o coordena-

tor da comissão instaladora mostrava-se confiante que a legalização deste projecto político teria lugar ainda este mês.

Na mais recente conferência de imprensa, Chivukuvuku garantiu que, "aconteça o que acontecer, o Pra-Já – Servir Angola vai participar da vida política do país por ser um direito constitucional que assiste a todos os cidadãos, não podendo ser

apenas privilégio de um pequeno grupo de indivíduos".

Foi em Setembro deste ano que os advogados da comissão instaladora do projecto político de Abel Chivukuvuku remeteram ao Plenário do TC o último recurso extraordinário de inconstitucionalidade acompanhado das devidas alegações ao abrigo da lei vigente.

Antes, a 27 de Agosto, o Constitucional tinha rejeitado, em despacho, o recurso extraordinário interposto pelo mandatário do coordenador da comissão instaladora do Pra-Ja.

Abel Chivukuvu saiu, em 2012, da Unita, onde era militante desde 1974 e ex-dirigente, e, no mesmo ano, fundou a Casa-CE).

Em 2019, foi destituído da presidência pelos partidos constituintes da coligação por alegada "quebra de confiança" e iniciou, em Agosto, a legalização da nova formação política.

A legalização do Pra-Ja arrastou-se desde Agosto do ano passado, com sucessivos 'chumbos' do Tribunal Constitucional, alegando irregularidades na documentação apresentada para o efeito.

## MAIS PARTIDOS A CAMINHO DO TC

Depois do chumbo do Pra-Ja de Chivukuvuku, o TC poderá ter de lidar com novas propostas de criação de partidos políticos. A caminho, estão, pelo menos, três comissões instaladoras: uma do partido político projectado por Florbela Malaquias, denominado Partido Humanista de Angola (PHA), e outra do Njango, projecto partidário de Eduardo 'Dinho' Chingunji, ambos antigos militantes da Unita. O terceiro projecto é o Partido de Libertação e Unidade de Angola (PLUS), que tem como fundador Albino Wasuca, de 33 anos, mestre em Ciências Políticas, cuja comissão instaladora já terá sido reconhecida em Outubro do ano passado.

O PLUS prevê, a 11 deste mês, apresentar mais assinaturas para tentar a legalização junto do Tribunal Constitucional e, segundo o mentor em declarações ao jornal 'OPaís', conta com representações em 15 províncias.

De acordo com a Lei dos Partidos Políticos, de entre outros requisitos, "a inscrição de um partido político é feita a requerimento de, no mínimo, 7.500 cidadãos maiores de 18 anos e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, devendo, entre os requerentes, figurar pelo menos 150 em cada uma das províncias".

SEGUNDA AMÕES, A MORTE AOS 51 ANOS

# O empresário sonhador

**TRAJECTÓRIA.** Criou empresas e tinha na aldeia Camela Amões um exemplo de recuperação e fixação de zonas rurais. Não conseguiu concretizar o sonho de fazer 50 ‘camelas’ por todo o país. Destacou-se nos negócios, apesar de ter estudado engenharia.

Por Lúcia de Almeida

**S**egunda Amões faleceu a 4 de Dezembro, aos 51 anos, na África do Sul, vítima de doença. Liderava desde Julho de 1997 o Grupo ASAS, destacou-se nos últimos anos a reerguer a aldeia Camela Amões, no Huambo. Previa gastar só na conclusão da 1.ª fase do projecto 400 milhões de dólares. Da agenda, constava ainda a intenção de replicar o projecto, construindo mais aldeias nos próximos 50 anos.

O empresário e amigo da família, Luís Cupenala, com quem Amões se cruzou no Grupo Wapossoka Namubula, defende o trabalho feito pelo empresário angolano como uma “referência para as novas gerações”, destacando “o trabalho que fez na área social”, como sendo “ímpar e que devia ser aproveitado e replicado”.

António Segunda Amões começou como empresário nos anos de 1980, altura em que os irmãos mais velhos foram transferidos para o Kuando-Kubango para abrirem a alfaiataria Wapossoka. Aos 17 anos, juntou-se aos irmãos, na altura como ajudante. Na ausência deles, tomava conta do negócio. A partir daí, nunca mais parou.

Em 1991, fundou a própria empresa, a Angostroi, em Luanda, ligada à construção civil. A empresa recuperava infra-estruturas essencialmente de escolas e hospitais, chegando a trabalhar para mais de dez províncias. Os governos



Segunda Amões morreu aos 51 anos

do Moxico e do Huambo eram os maiores clientes.

Com o crescimento do mercado e com vontade de atender algumas necessidades típicas do país, criou outras instituições também no ramo da construção civil como Soatel, Salovil e Seryl. Nem a guerra civil conseguiu travar a sua ambição de crescer no mundo empresarial.

Em 1997, fundiu todas as empresas dando assim origem ao Grupo ASAS, de que era presidente do conselho de administração, até a data da sua morte.

O Grupo ASAS é proprietário de vários empreendimentos, operando em áreas como a imobiliária, transportes e construção civil. Tem um valor estimado em mil milhões de dólares.

Para ajudar a enfrentar a crise económica, Segunda Amões resol-

veu alargar os negócios, dando-lhe um cariz mais filantrópico. Foi assim que nasceu a ideia de revitalizar, cujo exemplo-piloto foi implementado na aldeia Camela Amões, no Huambo. Previa até 2025, no final da primeira fase do projecto, gastar 400 milhões de dólares, o que incluía a construção de duas mil casas sociais, duas igrejas, um centro médico, 15 escolas do I e II ciclos, uma lavandaria, creches, padaria e uma zona fabril.

A Aldeia Camela Amões é o símbolo máximo do empreendedorismo virado para a comunidade, liderado por Segunda Amões. A aldeia está localizada no Huambo, numa área de 40 mil hectares, com três tipologias de casas e cerca de 30 aldeias circundantes. As casas estão avaliadas em oito milhões de kwanzas, são entregues completamente equipadas, mas não podem ser pagas a dinheiro, apenas com produtos, uma

forma de evitar o êxodo rural e elevar a qualidade de vida do campo.

Trabalham aqui mais de 50 técnicos, todos angolanos. A exceção é uma família brasileira que cuida da área turística e dos animais, ou seja, 99% dos quadros são angolanos. A intenção também era o de provar a capacidade da mão-de-obra angolana. “Não acredito no milagre vindo de fora e também porque o estrangeiro acaba sempre por nos cobrar em dobro. Pelos gastos que fizemos ao longo dos últimos 40 anos, tendo em conta a minha pequena experiência, estaríamos todos muito bem de vida se tivesse sido bem aplicado todo o dinheiro envolvido; seríamos hoje uma referência em África, do ponto de vista do desenvolvimento humano”, afirmou o empresário numa entrevista dada à Angop, em 2018.

O empresário Luís Cupenala recorda Segunda Amões como um homem “dinâmico, visionário e com o senso de responsabilidade muito elevado” desde muito cedo, e acredita que o espírito empreendedor terá herdado dos irmãos com quem “aprendeu muito”.

“O país perde um grande cérebro e um grande empresário e um grande filho e que tinha ainda muito para contribuir para economia e crescimento do país”, lamenta, lembrando que Segunda Amões foi uma figura importante como empresário, ultrapassou fronteiras de Angola e impunha os seus investimentos noutros países como, por exemplo, na África do Sul onde fez investimentos de grande escala em várias indústrias ligadas ao turismo e a outras áreas.

## MEMORIZE

● **Segunda Amões** nasceu na aldeia Camela, comuna do Chiumbo, do Cachiungo, Huambo. Formou-se em Geologia de Petróleos na antiga União Soviética e tinha um bacharelato em Direito e especializações em Gestão e Economia. A veia de empreendedor é uma herança de família. Desde cedo, ajudou a mãe nas vendas no mercado, de onde corria para a escola, além de apoiar os dois irmãos mais velhos, Faustino e Valentim Amões, no negócio da venda de café, no Calilongue da Cuca, periferia do Huambo. O irmão Valentim Amões morreu num acidente de avião, em Janeiro de 2008.

# (In)formalizando

ATÉ JANEIRO

## Kwenda distribuiu mais de 2 mil milhões kz

O Programa de Transferências Sociais Monetárias, denominado Kwenda, prevê entregar às famílias vulneráveis mais de dois mil milhões de kwanzas, até Janeiro de 2021. O valor será 10 vezes superior ao disponibilizado até aqui num total acima dos 10 mil agregados familiares, desde o lançamento do programa. Facto que leva Daniel Miji, responsável do Fundo de Apoio Social (FAS) para a Seleção e Pagamentos, a fazer um balanço positivo da execução deste ano e um melhor ainda para o próximo. Em declarações ao VALOR, Daniel Miji garante estar “bastante empenhado no pagamento regular dos primeiros beneficiários das transferências monetárias da fase-piloto, estando em curso o pagamento da terceira prestação”.

Há 180.816 agregados familiares cadastrados em todo o país, correspondendo a 280.712 potenciais beneficiários das transferências monetárias, da Inclusão Produtiva como dos serviços oferecidos pelos CASI (Centro de Acção Social Integrado).

Neste ano, ficou concluída a contratação de três bancos, assim como de uma empresa de telefonia móvel local para o arranque da fase de pagamento em massa das transferências, a partir de Janeiro e de organizações da sociedade para o arranque das acções no âmbito da inclusão produtiva.

O pagamento em massa e sem interregno será efectuado graças à recepção de 320 milhões do Banco Mundial de dólares. Um financiamento cuja transferência é efectuada por prestações mediante apresentação de relatórios financeiros semestrais.

A maior dificuldade na implementação, explica Miji,

prende-se com o acesso às comunas fora das sedes municipais, já que, com a intensificação das chuvas, algumas comunas ficaram praticamente inacessíveis. “Outra dificuldade é a inexistência de provedores de serviços mercantis e alojamento nestas comunas. Todavia, têm sido ultrapassadas na medida em que até chegamos em todas as zonas seleccionadas pelo programa. Temos meios e pessoal suficiente assim como em todos aspectos das administrações municipais e comunais para alcançarmos as metas preconizadas”, sublinha.

O kwenda abarca ainda a municipalização da acção social e o reforço do cadastro social único. Conta com uma linha de financiamento de 420 milhões de dólares, 100 milhões dos quais assegurados pelo Governo e o restante pelo Banco Mundial.

Por: *Guilherme Francisco*



Jovens apostam na recolha de lixo e já somam 50 clientes

INICIATIVA CRIA EMPREGO E PROTEGE AMBIENTE

## Jovens criam plataforma de recolha de lixo

**EMPREENDEDORISMO.** Necessidade da comunidade levou dois irmãos de 18 anos a encontrar solução para o lixo e resíduos. Uma ideia que pensam expandir em toda a capital. Acreditam no sucesso da empresa e que estão a proteger o ambiente.

A falta de recolha de lixo e de outros resíduos sólidos no Rangel, Luanda, levou Roberto de Almeida e o irmão, Humberto de Almeida, a criarem o Projecto Clean.

Trata-se de uma plataforma que faz recolha de lixo porta a porta a troco de mil kwanzas mensais. A primeira fase arrancou há sensivelmente um mês no bairro Terra Nova e estendeu-se ao Popular, abrangendo mais de 50 residências. Um número que Roberto de Almeida estima subir em pouco tempo, já que muitos moradores apresentaram intenção de aderir ao serviço. E, como resultado, poderão ter cerca de 20 colaboradores.

Além da recolha, com o auxílio de mais cinco jovens, alguns dos quais sem abrigo, a plataforma firmou acordo com os moradores de três ruas do

bairro Terra Nova para garantir a limpeza diária. A intenção é levar o serviço a outras zonas com défice na recolha de lixo, cujos moradores não têm disponibilidade, muitas vezes, de percorrer longas distâncias para depositar nos poucos contentores colocados apenas nas vias principais.

Roberto de Almeida explica que, fruto de ensinamentos de um especialista em resíduos, os jovens têm o cuidado de separar o lixo de outros resíduos, diferente do que se verifica em algumas empresas responsáveis pela limpeza dos bairros, embora não tenham ainda um local de depósito desses resíduos, de forma a fazer chegar às indústrias de reciclagem.

O desafio dos jovens empreendedores é de juntar dinheiro para adquirirem uma motorizada de três rodas, a famosa ‘kupapata’, para facilitar e acelerar na recolha. Por enquanto, recolhem com baldes de rodas.





MUITOS ANOS  
A CELEBRAR  
CONSIGO

2020 foi um ano de muitos desafios mas, juntos, sempre juntos, mostrámos a nossa força e vamos celebrar mais um Natal com os nossos Clientes!

**O Banco BIC e o BIC Seguros,  
desejam-lhe Festas Felizes!**



**BIC Seguros**  
Seguramente juntos

[www.bicseguros.ao](http://www.bicseguros.ao) | [www.bancobic.ao](http://www.bancobic.ao)



**BancoBIC**  
Crescemos Juntos



*Precisamos de vacinas que sejam disponibilizadas de modo universal e gratuito. O actual sistema de inovação dá prioridade aos interesses dos países ricos sobre os interesses de todas as outras pessoas.*

# Vacinas para as pessoas e não para os lucros



**Mariana Mazucato,**  
Professora de Economia e de Inovação Pública na Universidade de Londres



**Henry Lishi,**  
Investigador do Instituto para a Inovação e Propostas Públicas



**Els Torreale,**  
Professora convidada no Instituto para a Inovação e Propostas Públicas

timento público na investigação e no desenvolvimento.

A maioria das principais candidatas à vacina prepara as defesas do sistema imunitário contra a 'Proteína Spike' viral, uma abordagem possibilitada por anos de investigação em institutos nacionais de saúde nos EUA. Mais recentemente, a BioNTech recebeu 445 milhões de dólares do governo alemão e a Moderna recebeu um milhão de dólares da Coligação para as Inovações de Preparação contra Epidemias e mais de mil milhões de dólares da Autoridade dos EUA para Investigação e Desenvolvimento Avançados em Biomedicina e da Agência dos EUA para Projectos de Investigação Avançada de Defesa. A vacina da AstraZeneca-Oxford recebeu mais de 1.300 milhões de dólares de financiamento público.

Mas, para que os avanços tecnológicos se traduzam em saúde para todos, as inovações que forem criadas colectivamente devem ser geridas no interesse do público e não para o lucro privado. Isto é especialmente verdadeiro quando se trata de desenvolver, produzir e distribuir uma vacina no contexto de uma pandemia.

Nenhum país consegue resolver esta crise agindo sozinho. É por isso que precisamos de vacinas que sejam disponibilizadas de modo universal e gratuito. Porém, o actual sistema de inovação dá prioridade aos interesses dos países ricos sobre os interesses de todas as outras pessoas, e aos lucros sobre a saúde pública.

O primeiro passo no sentido de uma vacina para o povo é garantir a transparência plena dos resultados dos ensaios clínicos, o que permiti-

ria avaliações independentes e atempadas da segurança e da eficácia. A publicação de dados escassos e preliminares através de comunicados de imprensa corporativos destina-se aos mercados financeiros e não à comunidade da saúde pública. Esta prática inaugura um mau precedente. Enquanto disparam os preços das acções das farmacêuticas, os profissionais de saúde e o público têm de adivinhar os resultados divulgados. À medida que emergem mais detalhes sobre as falhas na concepção e na implementação dos ensaios clínicos para a vacina da AstraZeneca-Oxford, sobem também os apelos por uma ciência aberta e pela partilha imediata de protocolos e resultados.

Adicionalmente, permanecem sem resposta questões críticas sobre as principais candidatas à vacina. Dando resposta à pressão política e económica dos países ricos, as empresas farmacêuticas apressam a chegada à meta das suas candidatas a vacina. Consequentemente, conceberam os ensaios clínicos de fase III para produzirem o mais rapidamente possível leituras positivas, em vez de abordarem questões mais relevantes, como se a vacina impedisse a infecção ou se apenas protegesse contra a doença. Também é incerto o tempo que a protecção dura, se uma vacina funciona da mesma forma em jovens e idosos, ou em pessoas com co-morbilidades, e as diferenças entre as principais candidatas (crítico para conceber estratégias de vacinação eficazes).

Além disso, os interesses nacionais, especialmente dos países desenvolvidos, continuam a ser o factor dominante para a implementação de vacinas. Embora a plataforma

internacional para a aquisição e distribuição da Covax represente um importante passo em frente, o seu impacto é neutralizado pelos enormes acordos bilaterais para compras antecipadas dos países ricos que se podem dar ao luxo de apostar em várias vacinas. Por exemplo, os países com elevados rendimentos já adquiriram quase 80% das doses de vacinas da Pfizer/BioNTech e da Moderna que estarão disponíveis durante o primeiro ano.

No total, os países ricos reivindicaram 3.800 milhões de doses de vários produtores de vacinas, comparativamente a 3.200 milhões (onde se incluem perto de 700 milhões de doses para a Covax) do resto do mundo. Por outras palavras, os países de rendimento elevado já pré-encomendaram doses suficientes para distribuir várias vezes pelas suas populações, deixando o resto do mundo possivelmente numa situação de escassez que nem permitirá cobrir as comunidades em maior risco.

Ao mesmo tempo, como a corrida às vacinas se concentra principalmente nos mercados ocidentais, algumas candidatas têm uma viabilidade muito reduzida fora de um contexto de um país desenvolvido. A vacina da Pfizer/BioNTech tem de ser mantida a -70 °C, uma temperatura mais fria que a de um inverno na Antárctica. A distribuição desta vacina originaria desafios logísticos dispendiosos e complexos, especialmente para os países de baixo e médio rendimento. Embora outras candidatas, como a vacina da AstraZeneca, sejam estáveis a temperaturas mais elevadas, é notável que estes sinais gritantes de discrimina-

ção no mercado estejam incorporados no primeiro produto a chegar à fase de aprovação.

Além do interesse nacional, esconde-se o problema de interesses privados ainda mais limitados, que derivam de um modelo de inovação bio-farmacêutica excessivamente financeiro. O modelo de negócio para o desenvolvimento de futuras vacinas já foi alargado, agora que a pandemia revelou os potenciais e inesperados lucros para os investidores. Mas enquanto estes beneficiam de preços de acções em subida, de enormes ganhos de capital e de poderem vender as acções de uma empresa no mesmo dia que anuncia resultados preliminares prometedores num ensaio clínico, a distribuição de uma vacina tornou-se secundária.

A crise da covid-19 é um teste perfeito para saber se uma abordagem à inovação e à produção que seja mais centrada na saúde pública prevalecerá nos anos vindouros. Embora a Pfizer permaneça no modelo da maximização do valor no accionista, a AstraZeneca comprometeu-se, pelo menos, a não lucrar com a sua vacina durante a pandemia. Contudo, apesar de todo o investimento público que permitiu estas inovações, o processo permanecerá opaco, fazendo-nos duvidar que a AstraZeneca esteja realmente preparada para dar prioridade à saúde pública sobre os lucros e distribuir a sua vacina ao preço de custo.

Apesar de as recentes notícias sobre vacinas trazerem esperança, também expuseram o modelo de negócio viciado da indústria farmacêutica, que levanta dúvidas sobre as perspectivas de distribuir uma vacina para as pessoas e de conseguir a saúde para todos. Se continuarmos a fazer o que tem sido feito, poderemos subsistir a esta crise. Mas existem formas melhor de fazer as coisas. Antes que chegue a próxima pandemia, temos de reconhecer as vacinas como bens públicos globais e começar a reorientar o sistema da inovação para parcerias público-privadas geridas no interesse do público.

**A**núncios recentes de uma eficácia demonstrada em ensaios com vacinas contra a covid-19 trouxeram a esperança de que se avista um regresso à normalidade. Os dados preliminares sobre as novas vacinas de mRNA da Pfizer/BioNTech e da Moderna são altamente encorajadores e sugerem que esteja próxima a sua aprovação para utilização de emergência. E mais notícias recentes de eficácia (se bem que a uma taxa ligeiramente inferior) sobre uma vacina da AstraZeneca e da Universidade de Oxford alimentaram o optimismo de estarem na calha ainda mais avanços.

Em teoria, a chegada de uma vacina segura e eficaz representaria o início do fim da pandemia da covid-19. Na realidade, nem sequer chegámos ao fim do início de conseguirmos o que é necessário: uma 'vacina para as pessoas' que seja distribuída de forma justa e disponibilizada gratuitamente a todos os que dela necessitem.

Na verdade, a tarefa de criar vacinas numa questão de meses merece elogios. A humanidade deu um monumental passo tecnológico em frente. Mas o ponto de partida foram décadas de um imenso inves-



## Opiniões

## E agora pergunto eu...



**Geraldina Embaló**  
Directora-Geral  
Adjunta

**E**nquanto por aqui os dignos representantes do povo, com mandato deste, aprovam bónus de Natal para si mesmos, e o presidente aprova despesas adicionais de mais de 7 milhões de USD para a sua secretaria, a actualidade mundial anda dominada pelas vacinas contra o Covid 19 covid que tornou este ano tão bizarro e perguntas não faltam sobre o tema. 'Quando as vacinas estarão disponíveis para todos?, há algumas na corrida, qual a mais segura? Será que todos devem tomar? Como vão os países pobres poder pagar às farmacêuticas? Como é que vão distribuir as vacinas sendo que a maioria necessita de uma refrigeração constante que nos países quentes e com sérios problemas de fornecimento energético, como o nosso, vai ser um desafio adicional (um que a representante da OMS afirmou estar em estudo)? Mas há mesmo perguntas mais básicas sobre o nível de segurança de uma vacina feita a três pancadas, sob pressão mundial, quando as outras tipicamente levaram décadas a ser desenvolvidas com estudos de efeitos a longo prazo. Perguntas não faltam, mas o Secretário de Estado da Saúde já prometeu vacinas para 6 milhões de angolanos apesar de felizmente e provavelmente graças às medidas de prevenção, o país ter uma taxa de mortalidade por Covid reduzida a 348 mortes. Vale lembrar que a malária este ano já matou mais de 2500 pessoas no país.

Enquanto as mortes por malária não são notícia, a morte que foi notícia no país na semana passada foi a do empresário Segunda Amões, que faço referência aqui,

apesar de não ter conhecido, pela comoção sentida que gerou e que é rara entre nós. As reações à morte do empresário fazem várias referências ao investimento que Segunda Amões fez na sua província natal, com a Aldeia Camela Amões cuja lógica de sustentabilidade e dinamização das zonas rurais faz tanta falta no país. "Queremos antes de pensar em lucros velar pelas condições sociais das famílias (...) se a estratégia para a saída da crise passa por apostar na agricultura, este é um conceito viável para se atrair mais força de trabalho para o campo (...) a riqueza do país está no campo" dizia o empresário há cerca de dois anos ao jornal O País, e pergunto-me quantos empresários temos, desses que deixariam saudades pelo reinvestimento nas suas comunidades de origem, pelas preocupações sociais? E agora pergunto eu, que país teríamos se fossem mais a regra do que a excepção estes empresários que se preocu-

pam com o desenvolvimento social e sustentável das suas províncias e que arregaçam as mangas para as desenvolver? Esperemos que o projecto tenha continuidade e que possamos reportá-la no futuro... É que também a media vive o que os ardinhas descrevem como 'morte da imprensa escrita'.

Na última edição do jornal Valor Económico, onde o caríssimo leitor pode sempre encontrar este espaço que pode ouvir na Rádio Essencial, vinha uma excelente reportagem sobre a crise violenta que a imprensa, particularmente a escrita, atravessa. Nesta altura só 3 jornais para além do diário do estado conseguem imprimir com regularidade e as vendas, dizem os ardinhas, passaram de perto de 100 por dia para cada para apenas dois ou três, porque cada vez mais angolanos têm de escolher entre comer e comprar jornais. Um ardinha lembra dias em que vendeu cinco mil jornais,

mas hoje a actividade ficou relegada para quem não tem alternativa de receita sendo que mal chega para viver.

O secretário geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos, Teixeira Cândido vê com preocupação o número reduzido de jornais e lembra que antes da independência o país tinha 4 jornais diários. Há dois ou três anos eram impressos mais de uma dezena que foram sucumbindo à crise, aos elevados preços de impressão que são um reflexo de tudo o resto que no país é inflacionado. Mas que foram sucumbindo também a uma incúria, um descuido e mesmo um intuito instruído de uniformizar perspectivas contextuais. Uma intenção que só pode ser danosa para a democracia que temos e mais ainda para a que queremos ter um dia. O jornalismo nacional sofre uma pressão inaceitável e como lembra o director de um dos poucos jornais que ainda

consegue imprimir Mariano Bras director do Crime, "a intenção do governo é dificultar"...

Na era da desinformação rápida, da manipulação das fake news, os órgãos de comunicação sérios que observam as regras e deontologia jornalística, que fazem as perguntas incómodas, que fiscalizam a acção com impacto público, são cada vez mais necessários. E a nossa realidade não cessa de andar para trás nesse quesito porque o peso do Estado sobre a liberdade de imprensa é cada vez maior e mais omnipresente com o mesmo a servir-se de acusações de corrupção para tomar conta dos principais meios de comunicação e o partido no poder a criar formas de descoroçoar os poucos que resistem, 'roubando-lhes' os profissionais, cortando-lhes publicidade e acesso a fontes.

Com tanta prioridade pública e numa situação de calamidade, não é realisticamente espectável que seja o Estado a sustentar também a media privada, apesar da sua importância vital para pluralidade, para a saúde e para a higiene sobretudo da política nacional e apesar de em outros países os governos cientes dessa necessidade de higienização terem criado pacotes financeiros de socorro aos meios privados. Mas como se não fosse o panorama negro o suficiente, o problema adicional aqui, é que mesmo os anunciantes privados, que geralmente sustentam a media, vivem receosos de publicar em meios que fazem o seu trabalho de questionar com seriedade. Preferem aparecer em meios que só existem para exaltar as qualidades do sistema e para enaltecer as qualidades de quem o lidera. Um compromisso com líderes mais do que com o país.

A si querido leitor, os jornalistas, que ficam tantas vezes sem salário e que não perceberam qual foi a novidade de haver salários em atraso na Rádio Despertar (que se tornou notícia na media pública que parece não se aperceber que esta é uma realidade cada vez mais comum a todas as empresas angolanas), pedem apenas que leia, que oiça e ligue para a rádio para comentar, que compre jornais quando essa compra não ameaçar as contas de casa, que faça subscrições online e que aposte na pluralidade que o país precisa e cada vez mais vai deixando de ter. A morte da imprensa livre é uma que podemos todos evitar.



*De que vale o controlo duma empresa que pouco mais faz do que alimentar a corrupção no país? Será possível acabar com a corrupção na Sonangol?*

# Como privatizar a Sonangol



António Vieira,  
ex-director da  
Cobalt Angola



dinheiro, mas há alguns angolanos e instituições com dinheiro e que, certamente, precisam de onde investir os seus recursos até para a sua sobrevivência. Para além disso, a Bodiva poder-se-á fazer listar numa outra bolsa de valores e, com uma equipa de correctores internacionais, acredito que é não só possível, mas possível. A alternativa é listar a companhia directamente num mercado no exterior do país. Acredito que haja apetite para uma companhia com as reservas da Sonangol em Singapura, Hong Kong, Tóquio e Londres.

**Pergunta – Colocando a empresa numa bolsa de valores, o Governo angolano perde o controlo da empresa e, se calhar, isso não é conveniente para o país...**

Resposta – De que vale o controlo duma empresa que pouco mais faz do que alimentar a corrupção no país? Será possível acabar com a corrupção na Sonangol? A venda das participações dos Blocos 20 e 21 não será mais uma página triste deste historial de corrupção?

A Sonangol, deixando de ser uma empresa estatal, vai ter que ser gerida para dar lucros aos accionistas. Ponto final. Para tal, os accionistas imporão uma gestão firme, objectiva e muito mais honesta. Com uma empresa a dar lucros, toda a gente ganha. E Angola ganharia os impostos sobre a produção, bem como sobre os lucros duma empresa a operar no positivo.

Nesse processo de privatização, o Governo poderá reter uma parcela significativa da empresa, sem, no entanto, gerir a empresa. Poderá ainda alocar a presença de interesses nacionais tais como companhias de seguros, fundos de pensões e quaisquer cidadãos nacionais interessados em adquirir acções da sua companhia. A Sonangol continuará a ser uma empresa angolana, só que o seu dono já não será o Governo angolano.

Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

**P**ergunta – No dia 9 do corrente, o engenheiro António Vieira publicou um artigo através do qual fazia uma estimativa do valor da Sonangol. Nesse artigo, dizia que a privatização da Sonangol poderia injectar na economia na sua totalidade entre 117 e 145 mil milhões de dólares norte-americanos.

Resposta – É verdade que eu acredito que, pelas suas reservas, a Sonangol deverá trazer aos cofres do Estado um substancial montante de dólares. Ainda esta semana, a ministra das Finanças fez referência pública à privatização da petrolífera nacional algures entre 2021 e 2022. Portanto, vai sendo altura de as entidades governamentais fazerem uma avaliação dos recursos da empresa a fim de definirem o valor real da Sonangol.

**Pergunta – Entretanto avançou que a Sonangol valia entre 117 e 145 milhões. Como chegou a este número?**

Resposta – Trata-se de um cálculo básico feito em função das reservas de óleo e gás que a companhia tem no seu portfólio. Por conveniência de simplicidade, optei por olhar só para as reservas de óleo e gás. Na minha estimativa, propositadamente ignorei o valor de todos os outros

‘assets’ da companhia. Evidentemente que toda a gente irá apontar diferenças relativamente ao valor de venda do barril no reservatório usado no meu cálculo. Porém, convém aqui salientar que é obrigação dos agentes do Estado negociarem o melhor possível para o país. Se, como exemplo, fizerem um negócio igual ao que fizeram com o Bloco 21, onde compraram 25% da participação no bloco por cerca de três mil milhões para de seguida venderem 80% dessa mesma participação por cerca de meio milhão, então é melhor ficar parado. A Assembleia Nacional é cúmplice nesse negócio, uma vez que a entrada de um novo parceiro no bloco necessita de validação da Assembleia.

**Pergunta – Portanto, o negócio da venda a TOTAL das participações no Blocos 20 e 21 foi um mau negócio?**

Resposta – Para a TOTAL, foi um grande negócio. Se calhar o melhor negócio feito por eles em Angola: compraram dois blocos com sete descobertas comerciais contendo pelo menos três mil milhões de barris por pouco mais de 750 milhões de dólares. Por outras palavras, pagaram mais ou menos vinte e cinco centimos por barril dum petróleo que, colocado hoje no mercado, valeria 42 dólares. Para Angola, foi um péssimo negócio. A esse negócio eu chamo de traição à pátria.

**Pergunta – Voltando à privatização da Sonangol, é necessário que se faça um bom negócio. Como o faria?**

Resposta – Podemos partir a procura duma multinacional para ficar com a companhia. Porém, neste momento, quem estaria interessado a pagar o preço justo da companhia? Angola está mal de reputação e tem dificuldade em atrair investidores ocidentais de qualidade. Para além disso, irmos de encontro aos apetites sanguinolentos do capitalismo, quem mostrar interesse querer ficar com a companhia por ‘peanuts’. E não é isso o que nos interessa.

Assim sendo, eu sou de opinião que a empresa deve ser colocada numa bolsa de valores. E, se vamos ter que gemer com a dificuldade de vender pelo preço certo, então entraríamos num negócio muito mais alargado. É altura de darmos corpo à Bodiva.

**Pergunta – Porém, a BODIVA não transacciona acções de empresas...**

Resposta – A Bodiva encontra-se na sua fase inicial e de estabelecimento. A nossa bolsa ainda está a procura de uma direcção e do caminho a seguir. Daí eu ver vantagens em listar a Sonangol na Bodiva e ser colocada à disposição do mundo investidor.

**Pergunta – Como é que isso funcionaria, se os angolanos não têm dinheiro?**

Resposta – Os angolanos não têm

*Na minha estimativa, propositadamente ignorei o valor de todos os outros ‘assets’ da companhia. Evidentemente que toda a gente irá apontar diferenças relativamente ao valor de venda do barril no reservatório usado no meu cálculo.*



# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



Edição 237 Partilhas 43 Likes 953

**A edição 237 do Valor Económico alcançou mais de 35 mil internautas e obteve perto de quatro mil interacções entre partilhas, reacções e comentários. Os comentários na página do Facebook do Valor Económico dirigiram-se sobretudo à entrevista ao empresário do Grupo Boa Vida Tomaz Dowbor, mas foi comentada também a presidência de Angola na OPEP, o caso da salineira do Namibe que disputa a cobrança da AGT e a situação da pobreza no país.**

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Galhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**David Paulo**

Esses kotas, é só orar como dizem os manos da banda. Ali vai o alerta do kota Godinho.



**Damacera Munginga Damacera**

Não adianta apresentar este petróleo não beneficia o povo, já tem dono elites banquetes.



**Agostinho Muxiri Magalhães**

De facto, todos os planos completamente falhados.



**Ahmed Correia Marta**

Que eu saiba a presidência da OPEP é rotativa. Ou o dito empresário não sabe??



**Isaac Costa**

Tomasz Dowbor é quem está dizer que está a gostar do trabalho da justiça angolana. Ele também é outro bandido, ele é sócio dos marimbondistas, eles ajudaram a falir o BPC. Porque é que ele está ser protegido se a lei é p'ra todos?! Ele e o irmão são uns bons trambiqueiros.



**Helder Cruz**

Isaac Costa Quem fala assim não é gago. Ou seja, sabe ou deve saber o que diz.



**Tchissuecris Cool**

Caso pra se dizer que as \*\*\*\* nesse país só andam em épocas de eleições e nas vésperas! Que país Santo Deus



**Manuel F. Inácio Inácio**

Esse país, mais uma vez prova que é um meme O PCA do grupo Boa Vida tem noção do que disse? Acho que sim. Pois, seria uma forma de mostrar que as coisas em Angola só têm tendência de melhorar quando há interesse político ou seja, para ser específico, quando se aproximam as eleições.



**Eliandro Jorge Barradas Maciel**

Triste ver estrangeiros a mandarem bocas na Banda



**Miguel Vieira**

Essa maka da salineira, erro (negligência) ou fraude (dolo).



**Benegildo Sapato**

Angola foi sempre pobre, nossos governantes é que vendem a imagem de Angola como um país rico.



**Raino Man II**

Afinal não somos pobres? Eu já sou pobre desde que nasci



**Ivanilson Marques**

Cair (na pobreza)?! Já estamos pobres!



**Telmo Almeida**

Este polaco deve ter comprado isto porque todas as semanas aparece

**Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2**

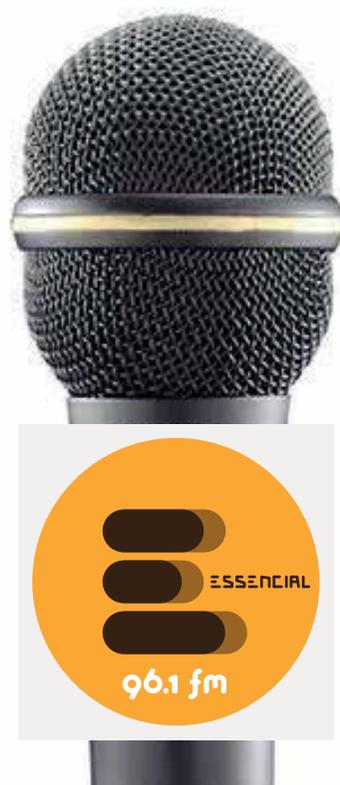
**Contribua para manter o jornalismo de qualidade.**

**GEM Angola Global Media, Lda**

**Iban:  
0051 0000 7172  
9933 1512 7**

O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



# Covid-19



PROVENIENTES DO BRASIL

## China volta a registrar vírus em produtos congelados

A China voltou a detectar vestígios do novo coronavírus em embalagens de produtos congelados importados do Brasil, informaram as autoridades sanitárias de Wuhan, a cidade chinesa onde foram diagnosticados os primeiros casos de covid-19.

A comissão local de saúde diz ter encontrado vestígios do vírus em embalagens de carne suína brasileira e bovina uruguaia congeladas, após ter realizado testes de ácido nucleico, a 05 de Dezembro.

No caso da carne de porco oriunda do Brasil, a mesma fonte indicou que foram detectados vestígios do novo coronavírus em contentores de um lote de carne suína da empresa Seaa Alimentos, que entrou na cidade de Xangai, no dia 28 de Junho, e foi posteriormente transportado para Wuhan, em 27 de Julho.

Quanto à vitela uruguaia, a exportadora é a Breeders and Packers Uruguay, cujo lote afectado chegou primeiro à Malásia e, desde 02 de Março, estava armazenado na cidade portuária de Tianjin, no norte da China.

As autoridades locais indi-

caram que foram tomadas medidas para suspender a venda da carne afectada e que centenas de pessoas que tiveram contacto com as encomendas deram negativo, após terem sido testadas para o vírus.

Fontes da embaixada do Uruguai na China citadas pela agência Efe disseram tratar-se de um pacote embalado em Dezembro de 2019 que chegou ao país asiático meses antes de o país latino-americano registrar os seus primeiros casos de covid-19. O problema estaria então no “manuseio dos depósitos e não na origem”.

Nos últimos meses, o país asiático disse ter detectado vestígios do coronavírus em várias embalagens de produtos congelados, muitos oriundos da América Latina, o que levou Pequim a tornar mais rígidas as regulações para a importação de produtos congelados.

Só em Novembro, pelo menos 25 encomendas de produtos congelados, incluindo peixe oriundo do Equador, Índia ou Indonésia, e carnes brasileiras, alemãs ou holandesas, deram positivo para o novo coronavírus em inspecções realizadas pela China.

EM 38 CIDADES

## Dinamarca encerra restaurantes, escolas e locais de lazer

O governo dinamarquês anunciou o encerramento, a partir de quarta-feira, das escolas a partir do 5.º ano, restaurantes e bares em 38 cidades, incluindo as três maiores do país, devido ao aumento de casos de covid-19.

Os alunos do ensino secundário e superior vão ter de recorrer ao ensino à distância, enquanto as creches e as escolas até ao 5.º ano de escolaridade não vão ser afectadas pelas restrições, que vigoram até 03 de Janeiro.

Restaurantes, bares e cafés vão fechar, embora possam fazer entre-

gas ao domicílio, assim como os teatros, cinemas, ginásios e instalações desportivas, excepto para desportos profissionais.

Os funcionários públicos, com excepção para os que desempenham funções essenciais, vão trabalhar à distância e essa mesma recomendação vai ser feita às empresas privadas, de acordo com o pacote de medidas apresentado hoje, que vai afectar, entre outras, as três cidades mais populosas do país: Copenhaga, Aarhus e Odense. “Estamos num momento muito sério. O contágio é muito alto e a evolução é preo-

cupante. Temos de intervir para controlar os contágios e a pandemia”, afirmou a primeira-ministra, Mette Frederiksen, em conferência de imprensa.

A chefe do executivo informou ainda que vão ser prolongadas até 28 de Fevereiro as restrições já em vigor, como as reuniões públicas de até 10 pessoas e o uso obrigatório de máscaras nos transportes, supermercados e instituições públicas.

As autoridades dinamarquesas recomendaram também que não mais que 10 pessoas se reunissem para as festas natalícias.



**O ADVOGADO PESSOAL** de Donald Trump está infectado com Covid-19. De acordo com a imprensa norte-americana, Rudy Giuliani deu entrada num hospital de Washington DC no domingo.

DE COMBATE A COVID-19

# Autoridades alertam para vacinas falsificadas



MACAU

## Vacina será gratuita e voluntária

O Governo de Macau garantiu que a vacina da covid-19 será administrada no território de forma voluntária e que será gratuita para a população.

“Não iremos tomar medidas compulsórias para que todos administrem a vacina. “Não vamos obrigar ninguém a tomar a vacina” garantiram, em conferência de imprensa, as autoridades do território, que apenas registou 46 casos da doença e desde 26 de Junho que não é detectado qualquer caso.

Macau adquiriu vacinas de emergência, não homologadas, que deverão chegar até ao final do ano para pessoal da linha da frente, como médicos, enfermeiros, bombeiros e polícias. Para a restante população, estão previstas 1,4 milhões de doses, de vários fornecedores, que deverão chegar ao longo dos primeiros seis meses de 2021.

A pandemia de covid-19 provocou pelo menos 1.529.324 mortos resultantes de mais de 66,4 milhões de casos de infeção em todo o mundo, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP.



Interpol emite alerta para 194 países

O Serviço de Investigação Criminal de Angola (SIC) pretende desencadear acções em coordenação com o Ministério da Saúde e autoridades sanitárias para prevenir a aquisição e administração de vacinas falsificadas.

Numa nota publicada na página de Facebook do Ministério do Interior (Minint), o SIC adianta que recebeu uma notificação ‘laranja’ da Interpol, ou seja, um alerta global, emitido para os 194 países-membros, incluindo Angola, recomendando que se preparem “para os ataques das redes de crime organizado que em breve vão actuar nas vacinas contra a covid-19”.

O SIC e as autoridades sanitárias vão, por isso, agir de forma coordenada para “garantir a segurança das pessoas e o bem-estar das comunidades neste período de pandemia”.

A entidade aconselha ainda os cidadãos a adoptarem “especial cuidado nos acessos à rede de Internet para pesquisar equipamentos médicos ou medicamentos e denunciarem qualquer suspeita de venda de medicamentos ilícitos ou de curas falsas”.

O “aviso laranja” da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal) refere-se a acti-

vidades criminosas como falsificação, roubo e publicidade ilegal sobre as futuras vacinas contra a covid-19 e contra a gripe, comportamentos criminosos que já foram detectados durante o período pandémico com outros produtos, acrescenta o SIC.

### ANGOLA ANUNCIA PLANO DE VACINAÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) está a apoiar o Governo angolano na preparação da campanha de vacinação contra a covid-19, que poderá acontecer a partir do segundo trimestre de 2021, afirmou a representante da organização no país.

Segundo Djamila Cabral, que falava aos jornalistas após um encontro com a ministra das Finanças, Vera Daves, assinalou que foi abordado o mecanismo COVAX – que conta entre outros parceiros com a Aliança Global de Vacinas, GAVI, entidade a que preside o ex-primeiro-ministro de Portugal José Manuel Durão Barroso – estando também a ser já preparado um plano de vacinação.

O COVAX visa adquirir duas mil milhões de doses de vacinas para a covid-19 até ao fim de 2021 para 92 países beneficiários. Angola,

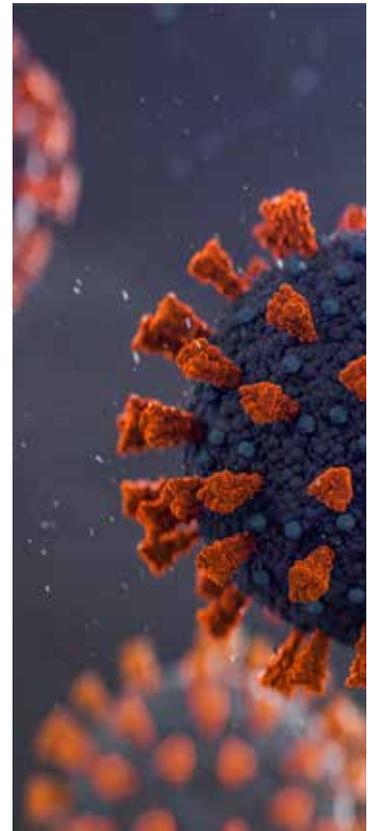
sendo um dos países subscritores do mecanismo, vai beneficiar deste apoio no acesso às vacinas. “Neste momento, o trabalho que está a ser feito é juntar todos os fundos necessários para se comprarem vacinas para cobrir, pelo menos, 20% da população dos países africanos”, adiantou Djamila Cabral.

A responsável da OMS sublinhou que “ainda não há vacinas para mandar para Angola” e que o próprio mecanismo prevê uma hierarquização, consoante as necessidades de cada país. “Há países que estão a precisar mais do que outros, há países onde estão a morrer mais pessoas do que em outros”, notou, acrescentando que os números de Angola sugerem que não é dos mais atingidos pela pandemia, pois não está entre os países com mais casos.

De acordo com a ministra da Saúde, Silvia Lutuctuta, Angola prevê receber, até Abril de 2021, um total de 15 milhões de vacinas contra a covid-19. Numa primeira fase, adiantou, chegarão ao país cinco milhões de vacinas, de um lote de 12 milhões, sendo que a previsão é receber 15 milhões até ao mês de Abril de 2021.

Segundo a ministra, numa primeira fase, serão vacinados os profissionais que estão na linha da frente no combate à covid-19, como os da Saúde, e pessoas de risco (doentes).

Anunciou que Governo está a trabalhar com a iniciativa Covax, formada pela Aliança Global para Vacinas e Imunização, OMS e Coligação de Inovações na Preparação para as Epidemias (CEPI), a fim de garantir que o país tenha acesso às vacinas quando forem disponibilizadas. De acordo com a governante, a comissão está, igualmente, a trabalhar na aquisição de câmaras de frio para a conservação das vacinas. “Queremos que, tão logo sejam disponibilizadas, tenhamos as condições para a conservação, distribuição e aplicação”, reforçou.



NO ZAIRE

## Director do hospital geral teme propagação

O único hospital de referência em Mbanza Congo, no Zaire, está sem condições adequadas para o isolamento e tratamento de

pacientes da covid-19, segundo o director-geral Domingos da Silva.

Os pacientes infectados são atendidos na sala de consultas externas, zona na qual o quarto de banho não é utilizado pelo facto de não dispor de devidas condições. A esta dificuldade junta-se a falta de recursos humanos qualificados para o tratamento dos doentes.

A grande preocupação do responsável é a avaria eléctrica de seis das 15 gavetas da morgue do hospital, que está obrigar os funcionários a juntarem os cadáveres infectados e não infectados, o que pode desencadear assustadoramente a propagação da doença na província.

# Marcas & Estilos



## Simplesmente natural

Este é um cobertor que parece uma nuvem. Feito de lã grossa, à mão, no Peru, é definido pela habilidade do mestre. A maciez é tão bela, de uma textura excepcional, que a sua cama jamais será a mesma. A aparência desta peça da August Sage é simplesmente natural.



## Deleite-se!

O Donut de champanhe com cobertura dourada é algo que você nunca soube que precisava. Se a vida não lhe tem prestado atenção que merece, mime-se e deleite-se com um saboroso e sofisticado produto da Abell Octavan.



## AUTOMÓVEL

### Mais dinâmica, mais estilosa

O ano de 2021 será importante para a Kia, com o início da estratégia 'Plan Shift', quando a marca promete que ficará mais dinâmica, estilosa e inventiva'. Começará com a adoção de um novo logótipo, que aparece em imagens de registo há alguns meses. E, o primeiro carro a receber a terceira geração do Kia Cadenza, o maior e mais caro da marca.

A Kia já irá trocar a geração do Cadenza, mesmo que o modelo actual tenha somente quatro anos de mercado, numa tentativa de o posicionar mais acima no segmento. Há rumores até que, para o mercado sul-coreano, o modelo troque de nome, de K7 para K8.

## AGENDA

### LUANDA

#### ATÉ 21 DEZEMBRO

A galeria ELA - Espaço Luanda Arte participa na feira internacional de arte online. A galeria apresenta uma exposição individual do artista angolano Francisco Vidal. A mostra é uma homenagem do pintor à cineasta africana Sarah Maldoror.

#### DE 11 A 13 DE DEZEMBRO

A Companhia de Teatro Horizonte Njinga Mbande apresenta a peça 'Jardada', no seu auditório, a partir das 17 horas. Ingressos a 2.500 kwanzas.

#### 24 DE DEZEMBRO

Concerto de Natal no Zap Viva com alguns artistas destacados do mercado musical. A partir das 21 horas.

## LIVROS

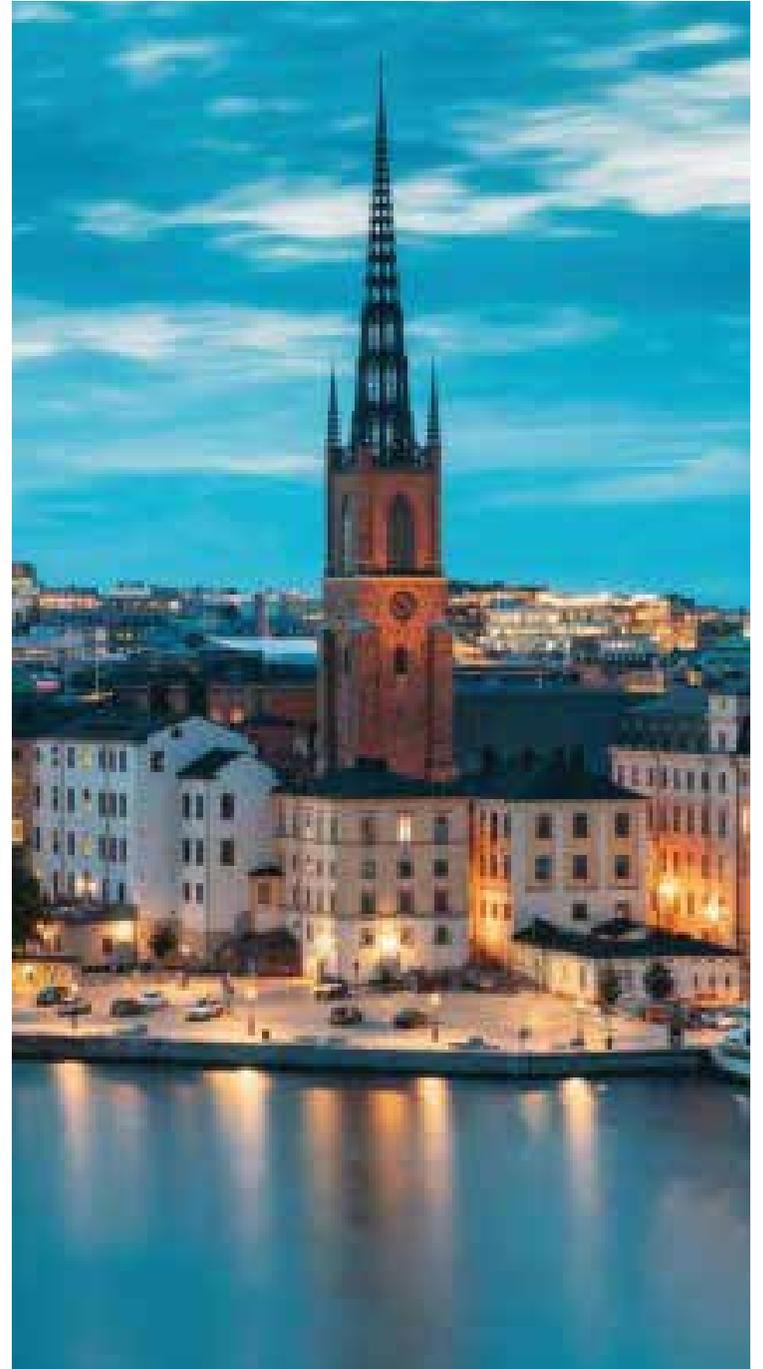


### UMA ABADIA MEDIEVAL

isolada. Uma comunidade de monges devastada por uma série de crimes. Um frade franciscano que investiga os mistérios de uma biblioteca inacessível.



**JENNY LIND É RAPTADA** quando regressa a casa depois de um dia de aulas. Cinco anos mais tarde, é assassinada e o seu corpo aparece num parque infantil de Estocolmo.



## TURISMO

### Tudo escolhido a dedo

Com poucas atracções, mas muito estilo, a capital da Suécia apresenta o que há de melhor da Europa em relação à qualidade de vida. Estocolmo é uma das cidades mais visitadas da Escandinávia. Apresenta modernidade, design e um estilo de vida calmo.

O que a cidade tem de melhor são as ruas, os edifícios e o clima. Entre em cafés, restaurantes, lojas. Sinta a energia dos lugares e observe como cada detalhe de cada peça de decoração foi escolhida a dedo em cada um dos recintos.

A maior dificuldade numa viagem para Estocolmo serão os gastos: a cidade é cara! Muitos dos edifícios da cidade têm visita paga e como em toda a Escandinávia, os preços não são nada modestos.

ALERTA DO SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

# O mundo está perto de uma “catástrofe climática”

**ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.** António Guterres considera que o planeta “está quebrado”, já que, devido à degradação ambiental, que afecta os mais vulneráveis, a paz entre comunidades fica mais distante, os conflitos e desalojamentos são mais frequentes.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, considerou, na passada semana, num discurso na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, que a humanidade está a cometer “suicídio” ao “declarar guerra à natureza” e que o mundo está perto de uma “catástrofe climática” segundo relatórios da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e Programa Ambiental das Nações Unidas.

Para o dirigente da ONU, três imperativos para responder à crise climática são atingir neutralidade carbónica dentro de 30 anos, “alinhar as finanças globais para o Acordo de Paris” e evoluir com avanços “na adaptação para proteger o mundo e especialmente as



peças e países mais vulneráveis dos impactos climáticos”.

O secretário-geral mostrou estar animado pelos compromissos adoptados por mais de 110 países em atingir neutralidade carbónica até 2050 e pela União Europeia de ser o primeiro continente neutro em emissões poluentes.

As iniciativas têm de ser transformadas “num movimento”, pediu o secretário-geral, com o objectivo central de as Nações Unidas criarem uma ‘Coligação para a Neutralidade Carbónica’ em 2021.

A ONU espera que todos os países, cidades, instituições financeiras e companhias adoptem planos para

atingir emissões zero até 2050. Isso significa que até 2030 devem cortar-se 45% de emissões, comparados aos níveis de 2010.

Os consumidores, produtores e investidores, “todos têm de fazer a sua parte”, acrescentou Guterres.

O quinto aniversário do Acordo de Paris vai ser celebrado a 12 de

Dezembro, na Cimeira da Ambiente Climática, um evento virtual, e a cimeira climática COP26, em Glasgow irá realizar-se no próximo ano.

“A prioridade para todos, em todo o lado”, deve ser “fazer as pazes com a Natureza” e pensar nas gerações futuras.

António Guterres considerou que o planeta “está quebrado”, já que, devido à degradação ambiental, que afecta os mais vulneráveis, a paz entre comunidades fica mais distante, os conflitos e desalojamentos são mais frequentes.

Todos estes são obstáculos nos esforços para eliminar a pobreza e para assegurar segurança alimentar e todos os problemas são causados por actividades humanas.

Entre os 15 países mais susceptíveis aos riscos climáticos, oito recebem actualmente missões de paz da ONU.

Os desastres ambientais custaram, só no ano passado, 150 mil milhões de dólares, declarou Guterres.

A desertificação, a desflorestação, a diminuição da biodiversidade (um milhão de espécies estão em riscos de extinção), poluição, aquecimento dos oceanos, descoloração dos corais, o degelo e “inundações e incêndios apocalípticos” foram mencionados pelo secretário-geral.

O secretário-geral da ONU alertou também que os gastos para dar respostas às dificuldades criadas pela pandemia de Covid-19 vão ficar como dívidas “de biliões de dólares” para as futuras gerações.

“Não podemos usar esses recursos para criar políticas que sobrecarregam [as futuras gerações] com uma montanha de dívidas num planeta destruído”, considerou António Guterres.



## Ano mais quente desde que há registos

O ano de 2020 poderá ser um dos três mais quentes desde que há registo, alertou esta a Organização das Nações Unidas (ONU), apontando ainda a probabilidade de o aumento da temperatura em 2024 exceder o limite de 1,5° C do Acordo de Paris.

Com os sucessivos recordes de temperatura, a década de 2011-2020 será a mais quente desde que há registos, com os últimos seis anos, desde

2015, a registarem as temperaturas mais altas, de acordo com o relatório anual provisório sobre o estado do clima da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Entre Janeiro e Outubro, a temperatura média global foi cerca de 1,2° C mais quente do que no período de referência (1850-1900), pelo que 2020 está a caminho de se tornar um dos três anos mais quentes já registados no planeta.

A avaliação da OMM assenta em cinco conjuntos de dados, que actualmente classificam todos 2020 como o segundo ano mais quente até esta quarta-feira, depois 2016 e antes de 2019.

A diferença entre os três anos mais quentes é pequena e a classificação exacta pode mudar assim que os dados estiverem disponíveis para todo o ano.

O relatório da OMM aponta ainda a probabilidade de, pelo menos, um em cinco de a tempe-

ratura média global ultrapassar temporariamente 1,5° C até 2024.

Calor extremo, incêndios, inundações, aumento da acidez dos oceanos, uma época recorde de furacões no Atlântico são apenas alguns dos sinais de que as alterações climáticas mantiveram a sua progressão inexorável este ano, “ampliando as ameaças que a pandemia Covid-19 faz pesar tanto na estabilidade económica como na saúde e segurança humanas”, alerta a OMM.

## NÚMEROS DA SEMANA

42

**Projectos** de investigação científica financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) desde 2019, segundo o Governo.

39

**Activos** já vendidos pela Sonangol em Angola e no estrangeiro e que renderam cerca de 60 milhões de dólares, segundo o PCA da estatal, Sebastião Gaspar Martins.

261

**Mil Barris** a serem cortados diariamente na produção petrolífera angolana, em 2021, segundo uma tabela da OPEP de ajustes.

20

**Aquisições** de bens e serviços desde 2018 realizadas pelo Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica (SNCPPE).

## UNITA ESCLARECE POLÉMICA

## Deputada desmente subsídio de 4 milhões

A vice-presidente do grupo parlamentar da Unita, Navita Ngolo, nega que os deputados vão receber um subsídio de Natal de 4 milhões de kwanzas, valor estimado por um especialista citado pelo 'Novo Jornal', na sequência de um despacho da Assembleia Nacional que aprova o bónus de Natal dos parlamentares, para fazer face às despesas do período festivo, na ordem de 1,9% do índice multiplicador sobre o salário do deputado sem cargo.

Observando que o deputado ganha 552 mil kwanzas e o presidente da AN, 2.016.000 kwanzas, Navita Ngolo explica que é "sobre esse valor que deveria incidir o cálculo, cujo resultado não deve ultra-

passar duas ou três vezes o salário base".

A deputada explicou ainda que "a AN não aprovou qualquer valor", sendo que a resolução em causa veio para formalizar o que vem acontecendo ao longo dos anos.

"Porque, se antes a AN geria a sua conta, agora já não o faz", já que, "por causa da crise, o Minfin tomou as rédeas da gestão do Parlamento, como pagamento de salários, subvenções e subsídios". "O que as pessoas devem saber é que os grupos parlamentares, por causa da crise, estão desde

Abril sem receber subvenções, e também não receberam o bónus de Natal, nem o 13º mês", explica, entretanto, a deputada da Unita.



## CONFERÊNCIA REÚNE OPERADORES

## Turismo regional com alemães

A Associação Angolana de Hotéis, Restaurantes e Resorts (Ahara) co-realiza, em video-conferência, a partir desta segunda-feira, um seminário técnico sobre 'Desenvolvimento regional e turismo - experiências da Baviera, Alemanha'. A iniciativa, que vai até ao próximo dia 17, reúne, em simultâneo, candidatos que se inscreveram e 'players' deste sector em países como Angola e Moçambique.

Até ao último dia da conferência, os participantes deverão obter preleções de sete especialistas alemães, além de efectuem visitas virtuais a vários stands e locais da região alemã de Baviera, preparados pela organização. O seminário é ministrado em português e, no final, os participantes receberão certificados com reconhecimento internacional.

Ramiro Barreira, secretário da Ahara, vê na parceria com os alemães "uma excelente oportunidade, para conhecer a Baviera, mas também para promover partilha de conhecimento e oportunidades de desenvolvimento da cadeia do turismo".



## COMBATE À COVID-19

## Países mais ricos já compraram 80% das vacinas

Os países mais industrializados já compraram ou encomendaram mais de 80% das vacinas de combate ao coronavírus que vão estar disponíveis até ao próximo ano. O alerta é lançado pela presidente do Conselho de Economia da Saúde para Todos da Organização Mundial da Saúde (OMS), num artigo de opinião publicado na edição desta semana do Valor Económico. Mariana Mazzucato defende que, mesmo contra os interesses de alguns governos e de laboratórios, a vacina deve ser distribuída de "forma justa e disponibilizada gratuitamente a todos os que dela necessitem". Uma tarefa, no entanto, que poderá ser difícil de concretizar, já que, alerta a economista, "os países de rendimento elevado já pré-encomendaram doses suficientes para distribuir várias vezes pelas suas populações, deixando o resto do mundo possivelmente numa situação de escassez que nem permitirá cobrir as comunidades em maior risco".

As vacinas, prestes a serem distribuídas, custaram cerca de 2.800 mil milhões de dólares. O valor foi gasto na investi-

ção e na produção. Apesar de todo este investimento público, Mariana Mazzucato duvida que tenha sido feito com a transparência que os próprios valores exigem. Por isso, defende que a covid-19 é um "teste perfeito" para saber se vai haver "uma abordagem mais centrada na saúde pública".

De acordo com os dados da OMS, a parceria Pfizer/BioNTech recebeu 445 milhões de dólares da Alemanha e a Moderna mais de mil milhões de dólares da Autoridade dos EUA para Investigação e Desenvolvimento Avançados em Biomedicina e da Agência dos EUA para Projectos de Investigação Avançada de Defesa. E ainda um milhão de dólares da Coligação para as Inovações de Preparação contra Epidemias, também dos EUA. Por sua vez, a vacina da AstraZeneca-Oxford recebeu mais de 1.300 milhões de dólares de financiamento público.

Esta semana, o Reino Unido começa a distribuir a vacina gratuitamente à população mais vulnerável. O processo vai decorrer durante três meses. A OMS calcula que a vacina só vai chegar aos países de menos rendimento no final de 2021.

Por Emídio Fernando